



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA TRINTA E UM DE OUTUBRO DE 2023, PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O ANO DE 2024

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, conforme Edital de Convocação publicado aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, no Diário Oficial do Município de número 184, Ano XII, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para discussão do projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2024. A Audiência Pública presencial foi presidida pelo Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Vereador Sergio R. B. Balaguer, e participaram os membros Vereadores Bruno Pessuti, Hernani, Indiara Barbosa, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Osias Moraes e Professora Josete. Ausente, justificadamente, a Vereadora Giorgia Prates - Mandata Preta. Também estiveram presentes a senhora Daniele Regina dos Santos, Superintendente Executiva da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento, o senhor Carlos Eduardo Kukolj, do Departamento de Orçamento de referida Secretaria e a senhora Adriane Cristina dos Santos, Diretora de Planejamento, Pesquisa e Inovação do Instituto Municipal de Administração Pública. Consta nas notas taquigráficas enviadas a esta Comissão o seguinte: "**O SR. PRESIDENTE**:- Bom dia a todos os presentes. **(V)** Quero inicialmente cumprimentar a Dra. Aline Bilek Bahr, que está conosco, que é Promotora de Justiça do Ministério Público, da Promotoria de Habitação e Urbanismo. Também já estão presentes à Mesa a Diretora de Planejamento do IMAP, a Sra. Adriana Cristina dos Santos e a Daniele Regina dos Santos, que é superintendente executiva da Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal, que irá discorrer sobre apresentação da Lei Orçamentária Anual para 2024. Antes disso, quero cumprimentar os membros da Comissão de Economia e Finanças que estão aqui à Mesa, Vereadora Indiara Barbosa, Vereador João da 5 Irmãos. Também fazem parte do colegiado os Vereadores Márcio Barros, Hernani, Osias Moraes e as Vereadoras Professora Josete e Giorgia Prates. Portanto, são esses Vereadores membros, talvez eu tenha esquecido de algum, que fazem parte da Comissão de Economia e Finanças da Casa. Estamos abrindo essa audiência às 9h39, sendo que terá a duração de duas horas, e depois passaremos à dinâmica da reunião. A previsão de encerramento é às 11h39min. Eu peço que a Vereadora Indiara Barbosa que faça leitura da Ata do Edital de Convocação. **A Sra. Indiara Barbosa**:- Bom dia a todos. **(Lê)** "O Presidente da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização, no uso de suas atribuições legais, torna pública a convocação de consulta pública, debate, audiência pública da fase de discussão da Proposição 013.00005.2023, projeto de lei que altera os dispositivos da Lei 16.185 de 29 de junho de 2023, que dispõem

sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual para 2024, e Proposição 013.00006.2023, projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa do Município de Curitiba para o exercício financeiro de 2024, previstos no § 1º, Inciso I do Art. 48 da Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e Art. 44 da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade. Conforme segue consulta pública de 02 a 20 de outubro na internet, disponível no endereço <https://Curitiba.pr.leg.br>, nas administrações regionais e nos Anexos I e II da Câmara Municipal. Audiência pública, 31 de outubro de 2023, às 9h, em Sessão Plenária presencial. Vereador Sergio Balaguer - Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. O edital de abertura de consulta pública e convocação dessa audiência pública, com as instruções para acesso ao projeto de Lei Orçamentária Anual na internet, foi publicado na Edição 12.252 do Jornal Bem Paraná, pág. 14, em 03 de outubro de 2023. Também foi publicado no Diário Oficial do Município nº184 de 29 de setembro de 2023, e no Diário da Câmara nº 11.100 de 02 de outubro de 2023." **O SR. PRESIDENTE:-** Agradeço a Vereadora pela gentileza. Em tempo, quero fazer registro também de presenças. Conosco está o Superintendente Fiscal da Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento, Sr. Mário Nakatani Júnior; também o Departamento de Orçamento, na figura do Sr. Carlos Eduardo Kukohj. Sejam bem-vindos. Também do Grupo Dignidade, os Srs. Lucas Siqueira e Diego Xavier, sejam bem-vindos também, estão presentes conosco, e demais cidadãos que estão acompanhando esta Sessão. Acho que já foi citado aqui também o Padre Renaldo Lopes, do Pequeno Cotolengo e também da Imperial Futebol Clube Feminino. Então, sejam todos bem-vindos a nossa dinâmica. Teremos a apresentação da Sra. Daniele, e faremos a explanação da Câmara Municipal em relação às consultas destinadas nas regionais. Então, neste momento, na primeira parte, faço a apresentação do relatório de consulta da Câmara, e na segunda parte a Sra. Daniele fará sua apresentação, que é mais extensa. Então, peço à assessoria de Comunicação que coloque os dados para que façamos a leitura das informações, realizados com o resultado da consulta pública ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2024, Proposição nº 013.00006.2023. O conceito da LOA: é a norma que faz a programação de gastos anuais da cidade, estabelece a previsão de receitas para custear esses gastos, tudo isso de acordo com as prioridades do Plano Plurianual e das regras estabelecidas também na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Próximo. Previsão: onze bilhões duzentos e noventa milhões de reais é o montante que Curitiba estima para o orçamento, com crescimento de 10,68% em relação ao ano anterior, que é o ano 2023. Um destaque de investimentos na ordem de quinhentos e vinte milhões, que a Capital espera contar para fazer todas essas execuções de investimento. O marco legal da consulta pública, a gestão orçamentária participativa prevista em lei, o Estatuto das Cidades, Lei Federal 10.257/2001 e Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal Complementar 101/2000, perdão lei federal. Temos a nossa lei municipal. Pode passar. As informações de cidadania que destacamos, o empoderamento da população acerca das leis orçamentárias, principalmente destacando a transparência na tramitação do projeto, a disponibilização da página do orçamento da cidade, a criação do *hotsite* para o ano 2024. Também foi feita a divulgação on-line e off-line entre os dias 02 de outubro a 20 de outubro nas redes sociais, utilizando as ferramentas de Instagram, Twitter, Threads, TikTok e YouTube, e no site da Câmara também, utilizados banners e página inicial, o *hotsite*, o *pop-up*. Há também notícias publicadas no site, distribuídas para a imprensa via WhatsApp, e também no Sistema de Transporte Coletivo, com telas nos terminais e mídia embarcada nos ônibus. Nas redes foram vinte e uma publicações divulgadas nos perfis oficiais da Câmara Municipal, com mais de cinquenta e cinco mil pessoas alcançadas. Este ano tivemos um crescimento de participação. Por gentileza, próxima. Reportagens: foram doze matérias divulgadas no site da Câmara e distribuídas à imprensa também. Repercussão na imprensa foi a divulgação feita com resultados em cento e vinte e duas matérias publicadas pela imprensa sobre o projeto da LOA 2024. A participação da juventude, estudantes do Grau Técnico

Portão, durante a visita guiada na Câmara, também deram resultado na consulta pública. O objetivo foi incentivar o envolvimento dos jovens na construção do orçamento de Curitiba, que estiveram presencialmente aqui na Câmara. A Câmara de Curitiba é a única das grandes capitais com consulta à LOA. De dezesseis cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes, apenas a Câmara Municipal realiza consulta pública antes da votação orçamentária. Isso é um destaque que temos que fazer, já é tradicional essa forma que a Câmara disponibiliza o acesso à população. Alinhada a essa tradição também, em 2021 a Comissão de Economia, pela primeira vez, alterou o orçamento para reforçar a área mais demandada pela população nas consultas públicas, que foi a área da saúde naquele ano. Próximo. Os resultados das consultas realizadas entre 02 de outubro e 20 de outubro foram um total de duas mil e quinhentas participações, um aumento de 109% em relação ao ano de 2022. Pelo site da Câmara 92,6% e nas urnas distribuídas nas dez regionais foram 7,4%. O perfil dos participantes. Ali está, nota-se que a presença feminina, a participação é cada vez maior, superou os 51%, 47% masculino, 1% não especificou. Ali temos a faixa etária, acima de sessenta anos, menores de dezoito, também tivemos a participação de 1,9%; uma participação entre dezoito e trinta e quatro anos de 24%. Ali uma faixa que cresceu bastante a participação. Próximo. Aí estão distribuídas a forma que as regionais atenderam a população. A Matriz se destaca com 21%, seguida do Bairro Boa Vista com 18%, Fazendinha 13%, Santa Felicidade 10,2%, Cajuru 8,4%, Boqueirão e os demais conforme descritos no painel. Próximo. Nas áreas de mais demandas dessas duas mil e quinhentas pessoas que participaram, foram sugeridas as prioridades. Um destaque para a educação e assistência social. De 24,7% em educação, assistência social 23,5%, obras 14,3%, seguidas por segurança, meio ambiente, saúde e assim as demais. Próximo. Educação, assistência social e obras equivaleram a 61% das indicações, sendo 34% indicações, 23% áreas sociais, assistência social, 14%, obras, educação 24,7%. Outras indicações com maior número, de 37%. Mas via de regra, todos os anos elas às vezes invertem um pouquinho, entre obras e assistência social ou educação e saúde. Este ano a surpresa foi educação e assistência social em segundo. Próximo. É importante frisar ali que duas mil e quinhentas pessoas se somarão àquelas quinze mil e quinhentas pessoas que foram participações diretas à consulta da Prefeitura, então, chegando ao número de dezoito. Educação: as Top 5 demandas foram: melhoria na qualidade da educação, de forma geral - de forma genérica essas consultas foram colocadas - ampliação de oferta de profissionais na rede, ampliar o número de vagas em CMEIs, que são as creches, reformar escola e ofertar contraturno escolar. Essas são as cinco. Na área de assistência social, as cinco foram: assistência à população LGBTQIA+, assistência à criança e ao adolescente, atendimento à população de situação de rua, assistência à pessoa idosa, políticas na qualificação e emprego. Próximo. Obras: a implantação de asfalto. Isso tem sido uma referência ao longo dessas duas gestões dos anos de 2017 para cá, manutenção de pavimentos, seguida de construções de calçadas, melhorias na drenagem para evitar enchentes e implantação de trincheira ou viaduto. Foram as cinco nessa área. A Comissão tem essa composição: eu, que presido esta Sessão, Vereadora Indiara Barbosa, nossa Vice-Presidente, Vereador Bruno Pessuti, Vereadora Giorgia Prates, Vereador Hernani, Vereador João da 5 Irmãos, Vereador Jornalista Márcio Barros, Vereador Osias Moraes e Vereadora Professora Josete. Apresentamos esses dados que foram compilados através das consultas disponibilizadas pelos canais e presenciais nas audiências. Passo agora a segunda parte para a Sra. Daniele Regina dos Santos, (I) nossa superintendente da Secretaria de Finanças do Município, para que ela faça a explanação sobre o orçamento 2024, a LOA. E, na sequência, quando nós passarmos para as perguntas e para os questionamentos, daremos prioridade para a promotora Dra. Aline Bahr, porque ela tem um compromisso. Pode ser assim? Com a palavra a Sra. Daniele. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** Bom dia, Vereador Serginho, demais Vereadores e Vereadoras. Hoje nós vamos falar sobre a proposta do orçamento do Município, que foi encaminhada à Câmara. Nos primeiros momentos vou pedir que

a Diretora de Planejamento do IMAP faça a leitura e a explanação sobre as questões relacionadas ao Fala Curitiba. E, na sequência, falaremos sobre o projeto de lei em si. **A SRA. ADRIANE CRISTINA DOS SANTOS**:- Bom dia, Vereadores. Vou passar rapidamente os números do Fala Curitiba, que é o formato que a Prefeitura abre de participação popular para as sugestões ao orçamento da cidade. (*Enquanto a oradora faz o pronunciamento, imagens são exibidas no painel eletrônico*). É específico na parte de LOA, nós temos o Fala Curitiba da LDO, que acontece no mês de março, mas a partir do mês de abril nós já abrimos a participação para referência à Lei Orçamentária Anual. Então, a organização desse período se divide em algumas fases. A primeira delas é o credenciamento de sugestões, onde nós fazemos uma pergunta aberta às pessoas, aos cidadãos, aos habitantes da cidade, de como eles sugerem que a Prefeitura gaste o dinheiro arrecadado com os impostos. E eles podem escolher algumas opções entre as políticas públicas, e só sinalizar, ou eles podem escrever a demanda, sinalizando e detalhando aquilo que eles esperam no orçamento da cidade. Com todos esses credenciamentos colhidos pela internet pelo Fala Curitiba Móvel, nós vamos para as reuniões de bairro. Nessas reuniões de bairro, novamente nós conversamos com a população, trazendo aquilo que já foi solicitado, escutando as demandas deles lá, para conseguirmos chegar às demandas coletivas. Então, nós ensinamos o processo de priorização. Nem tudo aquilo que é pedido individualmente repercute no bem comum da comunidade, e esse é o discurso que nós fazemos na reunião de bairro, para que as pessoas pensem coletivamente e que nós levemos como prioridade coletiva aquilo que atende o maior número de habitantes da cidade. Depois das prioridades coletivas nós passamos por avaliações internas dentro da Prefeitura, perguntando para os técnicos e para os secretários se aquilo que foi demandado coletivamente tem condições de ser absorvido tecnicamente na secretaria, ou juridicamente, ou orçamentariamente. Disso, nós abrimos um rol de votação em torno de trinta demandas por administração regional, abrimos a votação final e vai para a reunião final onde a votação também é aberta e se escolhem as dez prioridades coletivas de cada regional. Como é que feita a divulgação disso? O primeiro passo é uma convocação no Diário Oficial, que nesse ano foi no nº 53, e a publicação em jornal de grande publicação, também dessa chamada à população. Ainda dentro do Plano de Comunicação estabelecido pela Secretaria de Comunicação Social, nós temos toda uma questão de comunicação virtual, então, são *cards* para a utilização em redes sociais, Facebook, Twitter, Instagram, WhatsApp, temos *banner* disponibilizado no site da Prefeitura o tempo todo, de vigência do Fala Curitiba, e nós também temos material impresso disponível na mão dos administradores para a distribuição física. Ainda dentro do Plano de Comunicação nós temos toda uma previsão de informação no mobiliário urbano, quer dizer, nos pontos de táxi, de ônibus, e outros totens espalhados pela cidade, tem campanha on-line, tem rádio, tem mídia embarcada nos ônibus, tem matéria jornalística, tem faixa de identificação dos locais de reunião. Esse ano também nós conseguimos colocar no ar um novo site, um pouco mais amigável, para que a comunicação com a Prefeitura e as informações ficassem mais disponíveis para a população. O credenciamento, que é aquela primeira fase, aconteceu de 03 de abril a 07 de junho, on-line. Tivemos mil e quinhentos e vinte e oito participações, e treze mil formulários preenchidos nos trezentos e dezesseis locais visitados pelo Fala Curitiba Móvel. As reuniões de bairro, que é a fase posterior, aconteceram de 15 de maio a 07 de junho; vinte e nove reuniões ao todo, com a participação de quatro mil e quatrocentas pessoas, é o dobro que nós tivemos no ano passado; dois mil e trinta e oito formulários preenchidos nessas reuniões. E todo o processo de priorização coletiva chegou a mil e trezentos e setenta e uma demandas coletivas. A votação das prioridades, depois daquela avaliação interna pelos técnicos da Prefeitura, foi aberta de 24 de julho a 04 de agosto. Tivemos uma participação expressiva on-line de cinco mil e seiscentos e quarenta e seis participações; mais cinquenta e quatro locais visitados pelo Fala Curitiba Móvel; e as dez reuniões finais, que totalizaram mais oito mil e cem formulários preenchidos. Os resultados finais se aproximam um pouco do

resultado da consulta da Câmara. Em primeiro lugar nós tivemos a educação; na sequência, as obras públicas; saúde; segurança; a assistência social acho que só diverge um pouco do resultado da Câmara, porque a maior participação na Câmara foi na Regional Matriz, então, sem dúvida, o maior número de demanda deve estar relacionado ao atendimento da população de rua, por isso que aparece a assistência social muito forte. Eu não tive acesso à toda informação da Câmara, mas é essa a justificativa que conseguimos entender, o porquê dessa diferença do posicionamento da política pública. Na educação, das cem demandas eleitas, dezessete; em obras públicas, dezesseis, que também foi muito perto; na saúde, quinze; segurança e projetos viários, doze; meio ambiente e transporte, seis, e assim por diante. Aí nós trazemos um compilado rápido de todas as demandas eleitas em cada regional por política pública. Eu acho que não vou me ater a ler cada uma delas, porque isso está bem divulgado no site do Fala Curitiba, e também da Prefeitura, mas de qualquer maneira, está à disposição nessa apresentação, de todas as regionais, com o respectivo número de votos de cada uma delas. Eu acho que assim nós finalizamos a parte do Fala Curitiba. Depois eu estou à disposição para qualquer questionamento. **O SR. PRESIDENTE:-** Com a palavra a Sra. Daniele. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** Ok. Então, visto a questão da participação do Fala Curitiba, que é um dos alicerces para que nós possamos montar a proposta orçamentária, na sequência vamos apresentar a proposta que foi encaminhada à Câmara. *(Enquanto a oradora faz o pronunciamento, imagens são exibidas no painel eletrônico)*. Nós temos um projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2024. Dos Art. 1º ao 3º nós temos a definição do Orçamento Fiscal e Seguridade Social, estimativas de receitas e despesas por órgãos. Dos Art. 4º ao 9º, a definição de autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares; dos Art. 10 ao 11, orçamento e investimento, detalhamento trazendo a receita e a despesa; e dos Art. 12 ao 13, as disposições gerais. É o projeto de lei, o projeto é enxuto. O que temos realmente é uma grande quantidade de informação, são os quadros que acompanham o orçamento e que vão pormenorizar os dados de despesa e receita. Então, vamos ver as previsões da receita. A previsão da receita para o exercício de 2024 ficou em quase treze bilhões de reais, a receita total. Se nós tirarmos a receita intraorçamentária, que é uma receita que nós pagamos para nós mesmos, nós ficamos com onze bilhões e duzentos e noventa milhões de reais para as despesas do Município. A receita corrente fica com dez e novecentos e trinta e nove; e a receita de capital com trezentos e cinquenta e um. Nós temos um grande fluxo de despesas sendo empenhadas em investimento esse ano, através do superávit, que vão ultrapassar esse exercício, devem ter execução ainda no ano que vem. E ainda temos um valor significativo de despesas de investimento para o exercício seguinte, para finalizar as obras que estão iniciadas e os programas que nós temos para finalizar. E temos receita intraorçamentária na ordem de um bilhão e seiscentos e quarenta e dois, principalmente as que vão ao IPMC. A receita municipal se mostra ainda muito relevante, e é a receita que tem o maior valor dentro do Município, que é a receita que nós arrecadamos junto aos municípios de Curitiba, na ordem de seis bilhões e setecentos e vinte e cinco. E, novamente aqui, ficamos sobre a atenção do que o que deve acontecer nas alterações que nós teremos na reforma tributária, que pode nos atingir significativamente na questão da receita municipal, uma vez que nós vamos perder o ISS, que é o principal tributo de arrecadação municipal para ser dividido e recolhido de outra forma, através da reforma tributária. Então, nós temos levado uma série de demandas, através de instituições, através da Assembleia, para tentar alterar algumas questões da reforma, mas ainda não obtivemos sucesso, o projeto ainda continua na mesma tônica e estamos apreensivos com o que pode acontecer, não só com a receita do Município, mas com a receita de todos os municípios, e com a questão da autonomia que os municípios tenham para fazer as suas gestões. Então, infelizmente, a reforma, que há tanto tempo é aguardada, pode vir de uma forma que não seja positiva para os municípios, que é onde efetivamente as coisas acontecem para as pessoas. Temos as transferências da União, as transferências do

Estado, as duas apresentam queda, temos tido queda com ICMS, temos tido queda com o FPM, cada vez mais temos dificuldades com os recursos que vêm de outras esferas do Estado. E temos a entrada de operação de crédito, temos o avanço das operações de crédito para a sua finalização e, portanto, tem uma entrada forte de recurso. As transferências de capital e outras receitas, na ordem do que nós sempre apresentamos. Aí demonstra que as receitas municipais são 60% das receitas do Município. E isso vem num crescente, nós tínhamos 51%, 52%, e estamos em 60%, porque a nossa receita tem avançado, nós temos conseguido avanços, e isso tem sido o que está suplantando as quedas de receitas que nós temos dentro das transferências, e mantendo o equilíbrio da cidade, financeiramente e, conseqüentemente, os serviços prestados por ela. Temos aí o detalhamento das receitas municipais, o ISS com a dívida ativa, chegando a dois bilhões de reais, a sua previsão; o IPTU, um bilhão e trezentos; imposto de renda, seiscentos e cinquenta e dois milhões de reais; aqui tem o acréscimo das retenções, que são feitas das empresas, que antes iam direto ao Governo Federal, e agora ficam no Município; o ITBI, quinhentos e vinte e seis milhões; as contribuições, como COSIP, RPPS, seiscentos e quatorze; a receita patrimonial, quinhentos e noventa e cinco; taxas, na ordem de duzentos e setenta e sete; serviços, duzentos e setenta e sete; outras receitas, duzentos e oitenta e dois, finalizando em seis bilhões e setecentos e vinte e cinco, que nós temos de receita municipal, de receita própria. Nós mostramos o ISS, que vem num crescente, que demonstra o crescimento da ação da atividade econômica no Município, mesmo nós tendo uma série de isenções, e tudo dentro do ISS, nós temos conseguido melhorar tanto o processo de arrecadação, quanto, efetivamente, a atividade econômica que tem dado um resultado mais positivo. O IPTU, nós temos os crescimentos relativos à aplicação da lei e à nova planta, são crescimentos gradativos, até que nós possamos recuperar a questão da planta; o imposto de renda tem um crescimento em função da alteração legal; os demais, o ITBI, que tem um comportamento muito irregular frente às questões que se mostram no mercado, mas tem se mantido restante; e a taxa de lixo, que também não alterou, mantém-se numa constante, mas tem coberto toda a despesa que nós temos referente a essa questão do lixo. As transferências da União. Então, o Fundo de Participação do Município, quinhentos e quatro milhões, tem sido motivo de movimento de muitos prefeitos, o fundo e a participação. As alterações que nós tivemos de ordem tributária federal esvaziaram em alguns momentos o Fundo de Participação dos Municípios, não raro que isso tenha acontecido, as alterações de regras na instância federal visam, muitas vezes, burlar as normas existentes da repartição de recurso, e assim nós temos diminuição de recursos nos municípios. O Sistema Único de Saúde ampliou um pouco os seus recursos, a Secretária Bia deve ter comentado em algumas das audiências que nós conseguimos ampliar (A) um pouco a questão dos serviços, principalmente os que nós prestamos diretamente dentro do Hospital do Idoso, e ampliamos em torno de um bilhão cento e sessenta e dois milhões e quarenta e dois mil reais. O Fundo Nacional de Assistência Social, dezoito milhões novecentos e vinte mil reais; o FNDE, oitenta e sete milhões oitocentos e dois mil reais, aí dentro vem o dinheiro da merenda também; e convênios na ordem de cinco milhões de reais; um bilhão setecentos e setenta e nove milhões, sendo grande parte desses recursos do SUS. As transferências do Estado, nós temos o ICMS, então vemos, por exemplo, ICMS setecentos e trinta e dois milhões e oitocentos mil reais, a frente do ISS, que dá mais de dois bilhões de reais, quer dizer, nós temos um movimento muito significativo de comércio na cidade, o nosso volume de comércio é mais de 33% do recurso que existe de ICMS no Estado, mas as regras de repartição priorizam áreas rurais e municípios que tenham questões rurais e acabam por diminuir a participação a cada ano do Município de Curitiba. Então, embora continuemos gerando, continuemos criando recursos, esse repasse de recursos têm sido cada vez menores para o Município de Curitiba na parte do ICMS. E com a reforma tributária que nós temos pela frente, nós podemos ter uma redução maior ainda. O IPVA, seiscentos e cinquenta e sete milhões e seiscentos mil reais. Este é um

imposto que vem crescendo. O IPI sobre exportações, sete milhões trezentos e sessenta mil reais, também é um imposto que com a reforma deve cair. Programas de saúde, na ordem de cinquenta milhões setecentos e dois mil reais. E convênios, na ordem de oitenta e três milhões de reais, são estimados. Os repasses constitucionais, então, vemos o ICMS e a sua queda constante, nós não conseguimos receber do ICMS nem o valor nominal que tínhamos em 2019, temos tido uma queda constante do ICMS. Por sorte estamos conseguindo equilibrar isso na recuperação dos tributos municipais, mas é dinheiro do curitibano que estamos perdendo efetivamente. O FPM subiu, até porque subiram algumas fontes de recursos, mas ele tem se mantido equilibrado nesses últimos anos, ele demonstra um equilíbrio para o ano que vem. Nos meses de agosto e setembro nós tivemos quedas abruptas do FPM, principalmente em função da retirada da questão do Imposto de Renda. Segundo a Receita Federal, isso não deve se manter e nós devemos ter um resultado do ano equilibrado. Ainda temos uma arrecadação que não demonstra isso. As outras transferências de receitas correntes, nós temos o Fundeb oitocentos e oitenta e seis milhões trezentos e um mil reais e nós temos outras transferências na ordem de dezesseis milhões trezentos e oitenta mil reais. A receita corrente líquida fecha em dez bilhões novecentos e trinta e nove milhões e dez mil reais; as exclusões, que são normas do cálculo, tiramos seiscentos e quarenta e um milhões duzentos e trinta e seis mil reais. Então, a receita corrente líquida projetada para o exercício de 2024 é de dez bilhões duzentos e noventa e sete milhões de reais. As receitas de capital, nós temos a entrada de recursos das operações de crédito, na ordem da AFD de cinquenta e oito milhões trezentos e setenta e três mil reais; BID de cento e cinquenta e cinco milhões de reais; e NDB quatorze milhões e setecentos mil reais. Total, duzentos e vinte e oito milhões e setenta e três mil reais. Tivemos um grande fluxo de entrada este ano, teremos um grande fluxo de empenhos que ficarão como restos para a execução do exercício. Isso já é um procedimento necessário para atingirmos o Art. 42 que nos invoca a questão de estarmos com todos os recursos de investimentos empenhados ou pelo menos resguardados no término do mandato. Então, nós temos que ter todas as despesas de investimentos já empenhadas, não devemos ter algum tipo de subida nos restos a pagar, porque a execução da obra às vezes tem trâmites longos, são obras grandes, mas os empenhos deverão estar feitos na sua totalidade. Por isso que você tem um valor aqui que é menor do que nós vamos ter nesse exercício. Também nas receitas de capital, nós temos transferências do Ministério das Cidades para a questão do PAC, trinta e quatro milhões trezentos e sessenta e dois mil reais; e convênios da saúde, na ordem de vinte e sete milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil reais, que são esperados para o ano que vem. As receitas de capital ainda, são as outras receitas, nós temos a Cepac da Linha Verde, a arrecadação de cinco milhões duzentos e trinta mil reais; os depósitos judiciais, quinze milhões de reais; o potencial construtivo, quatorze milhões duzentos e quarenta e dois mil reais; outorga onerosa do direito de construir, vinte e cinco milhões e setecentos mil reais; e transferência do direito de construir, setecentos e vinte e oito mil reais; o que nos coloca em sessenta milhões e novecentos mil reais. Quanto a questão das despesas, equilibrados, nós apresentamos uma despesa no valor efetivo que nós temos de arrecadação, doze bilhões novecentos e trinta e dois milhões de reais. As despesas correntes são as despesas mais significativas, na ordem de onze bilhões. E dentro dessas despesas correntes, as despesas com pessoal e encargos, de seis bilhões trezentos e sete milhões de reais, com grande peso nas grandes secretarias de atividade e prestação de serviço, saúde, educação, guarda, em que você tem um efetivo muito grande de profissionais, que são a maior parte da prestação de serviço que essas secretarias exercem; temos juros e encargos da dívida, cento e doze milhões de reais; e outras despesas, na ordem de cinco milhões cento e oito mil reais, que são as despesas que dão suporte aos serviços, fora a questão do pessoal; investimentos, nós temos despesa de capital, a reserva de contingência é o valor mínimo que nós podemos colocar, nós temos um valor um pouco acima; a reserva de capital, temos um bilhão e setenta e dois milhões de reais; investimentos,

quinhentos e vinte milhões de reais; inversões financeiras, na ordem de duzentos e cinquenta e seis milhões de reais; e amortização da dívida, de duzentos e noventa e seis milhões de reais. Pode passar para detalharmos as despesas. Nós temos o grande grupo que é o grupo de encargos sociais e pessoal, que está em torno de 48%; as outras despesas chegam próximas a 40%. E nós temos reserva de contingência; amortização de dívida; as inversões financeiras; os investimentos na ordem de 4%; e os juros e encargos da dívida que não chegam a 1% do nosso orçamento. Despesas por função de governo, nós temos de novo a Previdência Social que teve um valor significativo de aumento este ano, nós vamos ver; a saúde que tem um valor significativo, até porque nós temos o repasse do SUS que é um valor grande; a educação, que fica em 18% do orçamento total, mas está dentro dos índices do mínimo 25% das questões tributárias; o urbanismo que é onde temos boa parte de manutenção urbana; administração; encargos especiais; saneamento; e assim por diante as funções de governo, que podem estar nas mais diferentes secretarias. As despesas por função de governo, mostrando onde temos ampliação, temos ampliação na Previdência Social; na saúde; na educação; o urbanismo, fica praticamente empate, assim como na administração; e as demais ainda, você tem encargos especiais; comércio também praticamente empate; saneamento; gestão ambiental cresce um pouco; assistência social; segurança legislativa e pública, aqui de novo é uma colocação por função de governo, não por secretaria. Aqui nós temos aportes ao Regime Próprio de Previdência Social, demonstrando que nós tivemos um crescimento de 34% nesses aportes. Por regra nós temos e foi aprovado nesta Câmara, a forma de pagamento desses aportes à Previdência e nós teremos uns anos em que nós teremos aportes mais significativos, a fim de que nos trinta e cinco anos consigamos suplantarmos os valores que são necessários para o fundo da Previdência. Claro que toda vez que nós temos acréscimos em questão de pessoal, em questão de planos, nós também temos reflexos, o próprio reajuste também tem reflexos dentro da Previdência e conseqüentemente a sua ampliação, por isso procuramos fazer na medida do que possamos suportar, esses acréscimos. Então acresce em 34%, passamos de seiscentos e sessenta e quatro milhões de reais para oitocentos e noventa e quatro milhões de reais, são duzentos e trinta milhões de reais que estão sendo ampliados na Previdência. Os precatórios, nós tivemos os pagamentos de precatórios mais altos que nós tivemos na Prefeitura durante estes últimos anos, mas agora eles já voltaram ao limite razoável que é um limite normal que nós pagamos, em torno de quarenta milhões de reais por ano de precatórios. Despesa de pessoal. Então, a despesa de pessoal vamos ver que em 2023 estava em 42%, a previsão para 2024 é de 45%, já com o aumento dos planos e das contratações que nós temos que fazer. É preciso observar com atenção que uma nova determinação do STF determina que coloquemos aquele valor que nós estamos pagando no aporte da Previdência, que é oitocentos e noventa e quatro milhões de reais, também na base de cálculo de pessoal, isso ainda não foi determinado aqui pelo nosso tribunal, mas já tem uma determinação do Supremo Tribunal Federal. Nós já estamos fazendo esses cálculos, a fim de que o Município não tenha os limites ultrapassados. Então nós, na hora que fizemos as verificações de plano e tudo, já consideramos a necessidade de colocar o aporte dentro dos cálculos. Então nós estamos em 45%, mas ao aumento que tivermos que colocar o aporte, nós devemos subir bastante o nosso índice, próximo ao alerta, nós sempre trabalhamos para ficar abaixo do alerta, porque o alerta já demanda uma série de providências do Município de redução dos seus quadros. A questão da saúde. Nós iniciamos a saúde no orçamento com 22,34%, nós temos ali uma previsão da receita, a receita de seis bilhões novecentos e setenta e dois milhões e oitocentos e treze mil reais, que é a receita que compõe o cálculo constitucional, a previsão constitucional de 15% é um bilhão quarenta e cinco milhões novecentos e vinte e um mil novecentos e cinquenta reais, o valor destinado por nós é em um bilhão quinhentos e cinquenta e sete milhões seiscentos e cinquenta e seis mil reais. Então nós destinamos quinhentos milhões além do que o valor constitucional determina dentro da saúde, e como nós temos o SUS e ainda os convênios, a saúde inicia o

exercício com dois bilhões oitocentos e três milhões de reais para o exercício de 2024. Esse é o arranque da saúde. Educação. A educação, a previsão do cálculo legal é de sete bilhões trinta e nove milhões oitocentos e treze mil reais, a previsão constitucional dos 25% vai colocar um bilhão setecentos e cinquenta e nove milhões novecentos e cinquenta e três mil duzentos e cinquenta reais, o valor destinado foi de um bilhão oitocentos e trinta e seis milhões quatrocentos e quinze mil reais. Então nós também estamos colocando um recurso a mais, na ordem de noventa milhões de reais pelo menos. E os recursos do Fundeb, o ganho que nós teremos com o Fundeb, porque parte do recurso da Educação já faz parte do cálculo do Fundeb, então, nós contamos o ganho que nós temos com o Fundeb, que é da ordem de quinhentos e vinte e oito milhões de reais, o Fundeb é um valor maior do que esse, **(P)** mas temos um ganho de quinhentos e vinte e oito. A educação inicia o exercício, parte com dois bilhões trezentos e sessenta e quatro milhões de reais. As ações exclusivas orçamentárias da criança e do adolescente. As exclusivas: dois quatrocentos e vinte e dois e as não exclusivas: quatrocentos e cinquenta e nove. Então a previsão é de dois bilhões oitocentos e oitenta e dois milhões de reais. As demais funções, temos assistência social com duzentos e oitenta milhões; segurança alimentar com trezentos e cinquenta e três milhões e habitação na ordem de sessenta e três milhões. Temos aqui a cultura, onde temos a renúncia da receita do mecenato da ordem de quatorze milhões; o Fundo Municipal da Cultura com quatorze quatrocentos e oitenta e dois e a Fundação Cultural e Fumpac, com oitenta e dois milhões. Então, temos cento e onze milhões quatrocentos e sessenta mil reais destinados à cultura. A questão dos investimentos. Listamos aqui todos os investimentos que foram colocados na LOA, que estão previstos para a execução na LOA. Temos principalmente aqui todos os investimentos que são relacionados ao Fala Curitiba, estão identificados. Identificamos todos eles para que fique claro para a população e na proposta isso também está identificado, então a população pode verificar as ações que foram destinadas. Temos a continuidade da Linha Verde, do Inter 2, do Leste-Oeste, a questão da FD, que é a Caximba, tudo isso está previsto, a continuidade e o término dessas obras. As obras relacionadas à saúde, a questão da drenagem, o PAC 2, que agora está sendo convocado pela União para que possamos preencher os novos quesitos do PAC. Próximo. Meio Ambiente. Temos muitas ações em meio ambiente, temos muitas ações em educação, também com muitas questões do Fala Curitiba. Vamos deixar a apresentação e isso está pormenorizado no projeto de lei, cada Secretaria apresenta os seus investimentos previstos. Temos a questão da habitação, temos o que está projetado para a questão da habitação, espaços culturais, turismo, segurança, trânsito, abastecimento e a defesa alimentar ali, a questão da assistência social e tudo o que está previsto dentro desses projetos. É isso! Muito obrigada. **O SR. PRESIDENTE:-** Agradeço a explanação da Adriane e da Daniele. Nesse momento eu gostaria de passar a palavra à Dra. Aline Bilek Bahr, que está representando o Ministério Público do Estado do Paraná e fará as suas considerações com relação a LOA/2024. A senhora pode se dirigir à Tribuna. **A SRA. ALINE BILEK BAHR:-** Bom dia a todas e todos. Gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão, Vereador Serginho do Posto; a Vereadora Indiara e os demais Vereadores que compõem a Mesa. Estendo os meus cumprimentos aos membros da Secretaria Municipal de Finanças pela exposição, a todos os Vereadores que acompanham a Sessão e aos que visualizam pelas redes sociais, pelo YouTube, que estão participando, mesmo que virtualmente. Meu nome é Aline Bilek Bahr, sou Promotora de Justiça da Promotoria de Habitação e Urbanismo de Curitiba, represento o Ministério Público do Estado do Paraná. Estou aqui presente até por um estímulo que recebi de uma pessoa muito importante dentro do Ministério Público que é o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, que é o Procurador de Justiça e coordenador do Centro de Apoio e Proteção aos Direitos Humanos. Não tem como o Ministério Público tomar a frente das discussões nas demandas que temos internamente sem falar do orçamento, porque as nossas disputas, as nossas lides, as nossas guerras que temos nos processos, nos processos administrativos, nos debates que enfrentamos,

necessariamente transpassam pela questão orçamentária. Tudo que vai ser cobrado, sempre virá o argumento: não dispomos de recursos orçamentários. Por isso estou aqui, para realmente trabalharmos a base de tudo, que é a lei orçamentária para 2024. Assisti a exposição da Secretaria Municipal de Finanças, uma exposição muito completa e gostaria, como membro do Ministério Público, destacar apenas um item dessa lei orçamentária que é a questão da habitação. Eu venho nos outros anos sempre aqui na Câmara, com todo respeito à Secretaria, ao Município de Curitiba, à Câmara Municipal, mas nós no Ministério Público e acho que isso é compartilhado por várias outras entidades, os próprios Vereadores também entendem dessa forma, que o percentual orçamentário destinado para a habitação vem a cada ano sendo muito irrisório, este ano, pela previsão, será de 0,44% do orçamento. Se pensarmos que um dos pilares da nossa Constituição Federal é o princípio da dignidade da pessoa humana, não conseguimos entender que alguém que não tenha habitação, que não tenha moradia, terá dignidade. Então, parece-me que é prioridade tratarmos esse assunto de melhorarmos o orçamento, termos um olhar melhor para o orçamento público do Município de Curitiba, que é um município pujante, que tem uma arrecadação considerável e tem uma distribuição de despesas, como pudemos constatar na lei orçamentária para 2024, de distribuição de várias despesas, mas, infelizmente, a habitação continua sendo uma das matérias que não está tendo tanto destaque. Faço um cotejo também que analisei aqui, por exemplo, que eu sempre repiso até a questão do urbanismo, temos uma previsão orçamentária para o urbanismo de mais de 7%. É questão de bilhões de reais destinados para o urbanismo, enquanto para a habitação temos cinquenta e seis milhões. Claro, é uma previsão orçamentária, não quer dizer que vai se concretizar, mas é um norte que a administração pública nos traz de quanto será despendido em matéria de habitação. Outra observação que eu faço, claro de forma muito respeitosa, entendendo que cada um dos seguimentos tem a sua importância, mas faço um cotejo, por exemplo, na destinação de desporto e lazer de 0,49%. Então, temos o desporto e lazer superior ao que é destinado para a habitação. É algo que realmente deve ter uma explicação para isso, mas a nível de prioridade, o que é prioridade para o Município de Curitiba? Nós no dia a dia do Ministério Público enfrentamos demandas que dizem respeito principalmente a reintegrações de posse de natureza coletiva, temos os despejos forçados e várias dessas comunidades estão na iminência de sofrerem despejo e a Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná vem realizando as audiências de mediações e tudo mais e vem também as instituições, o ente federativo, vem Procuradoria do Município, vem FAS, vem Cohab, mas não temos, digamos assim, uma devolutiva do Município no sentido de ofertar para essas comunidades que estão na iminência de despejos, alguma alternativa, seja de medidas de amparo suficientes para elas. Tocamos no assunto de assistência social, que a previsão orçamentária também não é tão significativa e também na questão das realocações, que importam orçamento de habitação. Não podemos conceber que nos despejos forçados que ocorrem em Curitiba as pessoas são tratadas no sentido assim, para onde que as famílias vão? "Ah, vão para casa de parentes, vão para casa de amigos, vão dar um jeito, não é?" E o Município, por sua vez, não dá a contrapartida nisso tudo, de oferecer um plano de desocupação, um plano de realocação dessas famílias. O que acontece? Resulta nos despejos forçados em população em situação de rua, que inclusive o nosso texto constitucional, os diplomas internacionais vedam que os despejos forçados resultem em população de rua. O que na verdade estamos encontrando são pessoas que saem de um lugar, é um problema cíclico e vão para outras ocupações que também estão com risco de despejo. Então, não resolvemos o problema dessas reintegrações de posse, o que é algo muito frustrante, não só para quem trabalha no sistema de justiça, como para as pessoas que vão buscar na justiça, vão buscar no Poder Público esse direito social delas, que é a moradia. Outra questão são as regularizações fundiárias que acontecem no Município de Curitiba, enquanto não tivermos orçamento para isso e trato de várias regularizações no que tange, por exemplo, a Reurb. Eu tenho em média, na Promotoria de Justiça, em torno de

sessenta procedimentos envolvendo regularização fundiária em Curitiba. Essas comunidades esperam ansiosamente que algo seja feito por elas. Não vemos perspectivas de futuro com orçamento de 0,44%. Elas vão continuar na mesma situação e eu vou ingressar com os requerimentos de Reurb, esses requerimentos vão ficar paralisados no Município, por quê? Justamente por falta de orçamento. Já não temos uma lei de aluguel social no Município porque não tem rubrica orçamentária, não temos a regulamentação disso por falta de rubrica orçamentária. O problema todo está concentrado onde? Na lei orçamentária e por isso estou aqui. Eu saio do meu gabinete no Ministério Público e venho aqui na Câmara solicitando aos senhores na Câmara Municipal, aos Srs. Vereadores, de forma respeitosa, que tenham um olhar atento a esse orçamento no que tange à habitação. As nossas comunidades precisam desse olhar. E vou dizer, existe a questão da consulta pública? Existe. Será que as pessoas não participaram da consulta pública? Não participaram e eu digo o porquê. Porque essas comunidades carentes têm problema de internet, têm problema de serviços essenciais, então elas não têm condições, vivendo no caos, na precariedade das suas habitações, com os seus problemas infinitos, ter condições ainda de participar, entende? É algo assim tão de base que é por elas que eu estou aqui. Eu sei que há muita dificuldade nessa participação, por onde caminho, eu vou nas comunidades, eu pergunto: vocês conseguem participar? Doutora, o que é isso? Eu não sei participar. Ah, mas tem o Fala Curitiba, tem vários canais que você pode participar e dizer que é importante para você a habitação. E nesse sentido que o Ministério Público vem, sei que não tenho muito tempo hábil para discorrer a respeito da temática, mas por fim, encaminhei um ofício para deixar registrada a irresignação do Ministério Público quanto ao tópico da habitação na lei orçamentária. Nesse ofício eu menciono todas essas dificuldades que enfrentamos no dia a dia do trabalho do Ministério Público para atender essas comunidades e os anseios delas, de modo que se possa, através então da minha presença aqui e desse expediente encaminhado à Presidência, para que seja distribuído às câmaras temáticas aqui dentro, para que possamos ter um olhar mais atento, porque 0,44% do orçamento não é algo que dignifica as pessoas. (C) Não vamos alcançar um futuro, a realização de um direito social esculpido na Constituição Federal do nosso País sem ter um olhar atento, um orçamento realmente significativo em matéria de habitação. E nós sabemos o quanto precisamos de recursos federais, precisamos de recursos estaduais, mas também do nosso Município de Curitiba. Então eu peço aos senhores, através dessa minha participação, que haja essa possibilidade de realmente dar um incremento nesse aspecto da habitação, nesse segmento da habitação como matéria prioritária, um olhar prioritário para a nossa cidade. Muito obrigada. **O SR. PRESIDENTE:-** Perfeito, Dra. Aline Bilek Bahr. Agradecemos a sua participação. Nos últimos anos a senhora tem vindo, participando ativamente das audiências também em seu gabinete das demandas em que esta Casa tem buscado o apoio do Ministério Público. Será entregue protocolizado ao Presidente da Câmara esse ofício, mas fica esse registro da sua participação no dia de hoje. Na sequência, passamos a representante Daniele, da Secretaria Municipal de Finanças. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** Já não é a primeira vez que conversamos, não é, Promotora, sobre a questão da habitação. De novo, é preciso deixar claro que se trata de um assunto de grande complexidade que precisamos realmente aprofundar, mas que esse aprofundar também exige tempo. A questão da reurbanização, da regularização, é extremamente complexo, é demorado, por vezes não se dá em um orçamento só. É preciso, de novo, clarear algumas questões que por técnica orçamentária, até técnica determinada pelas regras da Secretaria do Tesouro Nacional, nós temos que classificar as despesas dentro dos critérios que a Secretaria do Tesouro Nacional nos orienta. Então é preciso deixar claro, por exemplo, que a grande intervenção urbana que está sendo feita na Caximba e que tem um foco muito grande de habitação, e que talvez seja a maior intervenção urbana, certamente a maior intervenção urbana de habitação dos últimos anos que nós temos no Município, está classificada dentro da função urbanismo. Então

simplesmente olhar a questão habitação e dizer "é só isso que isso faz", não é. É preciso o entendimento do complexo do orçamento para que possamos verificar dentro dos ramos orçamentários quais são as despesas que estão destinadas a habitação e que não estão classificadas diretamente na função habitação. Fora a questão da Caximba, é preciso dizer que as alterações legais que foram feitas por esta gestão e por esta Câmara também, que aprovou, está suplantando uma série de recursos dentro do fundo de habitação. Nós tivemos a dificuldade de trabalhar os projetos no começo, quem participa do fundo, os conselheiros, que acompanham o fundo, sabem dessa complexidade de montar os projetos, de eleger as prioridades, mas o fundo tem em torno de trinta milhões que está lá em superávit este ano para a execução de mais de dez projetos no ano seguinte. A questão é que os superávits não compõem o orçamento do próximo exercício. Então tudo que o que formos colocar no exercício do ano que vem por superávit, até porque nós temos que manter o equilíbrio entre receita e despesa, os superávits não entram na proposta orçamentária. Serão colocados no orçamento conforme o decorrer do exercício. Teremos o superávit do fundo para ser lançado, e agora já com projetos e compromissos estipulados pelo próprio conselho do fundo, e nós teremos o superávit do exercício que também é colocado nos processos de habitação. Está em um crescente o processo de habitação, também sabemos que o processo da habitação depende de arranjos e de recursos que venham de uma política nacional de habitação, que parece que agora vem mais estruturada, está surgindo de uma forma mais estruturada, ainda não chegou totalmente, mas já se apresenta de uma forma mais estruturada. Então muita coisa o Município acompanha no sentido de facilitar a entrega desses imóveis, de facilitar o ITBI, e aparece lá onde fazemos a renúncia da receita. Não aparece diretamente na função habitação, mas existe uma série de ações que estão voltadas à habitação ainda dentro do Município e com custo para o Município, mas certamente é uma demanda grande e que não tem fim e não vai ter fim, assim como uma série de outras demandas que se apresentam dentro do Município.

O SR. PRESIDENTE:- Vou aproveitar a oportunidade dos presentes que haviam solicitado as participações diretas. Temos os representantes do Grupo Dignidade, o Lucas Siqueira e o Diego Xavier, que terão três minutos para utilizar a tribuna para que façam as suas solicitações. Lembrando que teve uma participação muito grande nas consultas da Câmara, representando 64% a assistência a população LGBTQIA+. Com a palavra, Diego Xavier. Se puder ser sucinto, agradeço.

O SR. DIEGO XAVIER:- Bom dia, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras. Obrigado por este espaço. Tenho três perguntas aqui. Vimos na apresentação que na proposta dentro da assistência social fomos os mais votados. Podem dizer quantos votos tiveram as três propostas mais votadas nas três áreas, dentro da educação qual o item que foi mais votado, assistência social e educação, quais foram os itens mais votados? A segunda pergunta, nos últimos dois anos a Câmara tem contemplado as propostas mais votadas por meio da Comissão de Economia, um recurso que a própria comissão destina. Queremos saber, desculpem o nervosismo aqui, gente, queremos saber do Presidente Marcelo Fachinello, do Líder do Governo e do presidente da Comissão de Economia e dos membros, que é o relator dessas emendas, qual a disposição para que isso possa acontecer neste ano, na LOA de 2024? Com a nossa votação, que deve ser histórica, estamos contemplados? E gostaríamos de deixar um pedido aqui, que nas próximas consultas a palavra LGBT esteja em alguns itens dentro da educação, cultura, assistência social, porque tivemos uma certa dificuldade de mobilização porque não tinha a palavra LGBT e tivemos que colocar "outros" para votar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Perfeito. Vou responder duas perguntas que foram solicitadas pelo Grupo. Na consulta da Câmara Municipal vamos destacar em 64% assistência à população LGBTQIA+; seguido com 14% assistência à criança e adolescente; 13% a população em situação de rua; 4% à pessoa idosa e; 2% políticas de qualificação e emprego. Esses foram resultados da Câmara Municipal. O destaque foi 64%. Nós ainda não definimos o orçamento destinado pela Comissão de Finanças e Fiscalização da Câmara. Estamos fechando ainda os valores das

emendas. Provavelmente na próxima semana o Líder do Governo e o Presidente irão oficializar esses valores aos Vereadores, transferindo os valores de cotas individuais e a essa cota destinada, que se iniciou em 2021, à Comissão de Finanças para indicações daquelas demandas que chegam pelo canal do Fala Curitiba. Lembrando que o Fala Curitiba vem se consolidando nos últimos anos, entrando pela votação das regionais nas prioridades e viram políticas públicas. Vocês não conseguiram colocar dentro das políticas públicas do Fala para o Executivo agora trazendo ao Legislativo. Então nós vamos ver de que forma serão destinados esses valores, se é possível atender as demandas. Eu acho que era essa a pergunta. E a outra pergunta é em relação ao formulário que devemos seguir o modelo da Prefeitura. Este ano ainda não tinha sido definida a forma que foi colocado, então aparece como "outros", e na consulta apareceu como 1% em relação aos gêneros. O Lucas quer fazer uma fala. Vou destinar mais dois minutos, por gentileza. **O SR. LUCAS SIQUEIRA:-** É bem rapidinho. Bom dia a todas e todos os Vereadores aqui presentes. Quero parabenizar a Comissão de Economia, a Câmara de Vereadores, a gestão de Curitiba. Apesar de não termos a nossa sigla lá, a população LGBT de Curitiba quer participar do orçamento, quer participar da cidade. A população LGBT faz parte da cidade, usamos o transporte público, fazemos universidade, trabalhamos, pagamos nossos impostos, mas também sofremos preconceito, sofremos preconceito psicológico, físico e muitas vezes institucionais. E participar desta audiência foi muito importante para nós para mostrar nossas demandas. Curitiba, quero parabenizar aqui a gestão, tem algumas iniciativas muito incríveis como, o Hotel Social Trans, o CPATT Municipal e o Conselho Municipal. Mas temos algumas demandas que também são urgentes. Queremos ampliar o Hotel Social Trans para Hotel Social LGBTI+ com equipe multidisciplinar. Queremos também a volta do e-COA Saúde, que já foi referência no Brasil e não existe mais. E queremos campanhas de combate à LGBTIfobia aqui em Curitiba. Nós queremos dialogar com a Câmara de Vereadores, queremos dialogar com a gestão, porque também fazemos parte desta cidade e mostramos isso através dessa votação. O Grupo Dignidade está aberto ao diálogo com a comissão, com a Câmara de Vereadores e com a gestão para que em 2024 possamos começar com mais políticas públicas voltadas à essa população que também paga seus impostos e vota aqui na cidade. Muito obrigado. **O SR. PRESIDENTE:-** Agradeço a fala. Vou passar a Sra. Daniele só para passar as informações ao Grupo, um destaque em relação a essa informação. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** Da mesma forma como as demais questões, como trabalhamos com a lei orçamentária sobre a regra que se tem dentro da STN, os itens que são elencados para consulta são itens determinados de função e subfunção pública, que são determinadas pela STN, por isso até hoje não temos um item específico para isso. Podemos pensar numa possibilidade de ver como podemos abrir isso, a princípio, porque é um item na verdade que relaciona diversas políticas dentro do município e a diversas funções públicas. Não é um item isolado sozinho, ele vai compor as outras funções políticas. Então os itens que lá estão relacionados não são critério apenas do município querer colocar. Não, são itens determinados pela regra orçamentária, pelas funções e subfunções públicas. **O SR. PRESIDENTE:-** Agradecemos a participação do Grupo Dignidade no dia de hoje na audiência. Dando continuidade, nós temos Vereadores inscritos, mas antes eu pergunto aos membros da Comissão - Vereadores Indiara e João, se desejam fazer questionamentos aos representantes da Prefeitura. **A Sra. Indiara Barbosa:-** Obrigada, Sr. Presidente. Gostaria de primeiro cumprimentar a todos, cumprimentar a equipe da Secretaria de Finanças, sempre disponível, e pela apresentação com todas as informações bem completas. Acho que os temas trazidos para a população são muito importantes, acho que é importante a participação popular discutindo o orçamento público. É bem interessante. E tem alguns pontos que recebemos demandas e vou tentar resumir aqui alguns. Um deles é a questão da população em situação de rua que tem aumentado na cidade e o orçamento para a recuperação das pessoas com envolvimento em álcool e drogas. O próprio Secretário de Finanças

esteve aqui na Casa e falou que essa é uma preocupação do Prefeito e que seria destinado um recurso para essa área. Nós vimos que na lei orçamentária foi criada a rubrica, que inclusive nós votamos ontem e vamos votar em segundo turno também para o recebimento de uma emenda federal, mas que o orçamento que está na LOA deste ano é muito baixo, o valor de quinze mil reais, que é praticamente, até escutei dos próprios Vereadores da base (M) que é um valor simbólico, né? Porque é um orçamento muito baixo, que não dá nem para adquirir vagas nas comunidades terapêuticas. Inclusive essa é a rubrica, é o nome da rubrica. Então, nós questionamos: qual é o orçamento e se é possível incluir ainda este ano na Lei Orçamentária o orçamento para essa política. Essa é uma política que traz diversos Vereadores que entendem esse tema, que é relevante para a cidade, nós temos demanda, nós temos entidades, comunidades terapêuticas, que fazem um trabalho muito bem-feito, mas que não têm orçamento e vagas, a Prefeitura não adquire essas vagas nas comunidades terapêuticas. Então, nós entendemos que é importante que esteja no orçamento deste ano. E, aí, nós temos outras áreas também com o orçamento baixo, como foi já trazido pela promotora Aline, que é a questão da habitação. Nós temos a questão da segurança pública também. No meu gabinete, temos recebido diversas demandas relacionadas à segurança pública; nós andamos pelos bairros, e a principal demanda que recebemos é relacionada com a segurança pública; quando vamos conversar com o pessoal da Guarda Municipal, muitas vezes, a reclamação é que falta viatura, falta efetivo, falta orçamento. E se olharmos as consultas públicas, tanto da Câmara quanto da Prefeitura, a segurança pública está sempre entre os cinco primeiros temas que a população demanda. E, ainda, um outro tema que nós discutimos: na sexta-feira, foi feita uma audiência pública, proposta pelo Vereador Marcos Vieira e pela Vereadora Giorgia Prates, sobre a manutenção dos parquinhos em Curitiba; nós também questionamos a Prefeitura sobre essa situação, e muitas vezes a resposta é que falta orçamento, que o orçamento é muito baixo, enquanto, às vezes vemos no nosso Município, gastos, especificamente sobre esse tema, de milhões, dois milhões, três milhões para aluguel de um carrossel, para aluguel de uma roda-gigante. Agora mesmo estamos vendo o Natal, que é uma preocupação grande do Prefeito, que nós entendemos os pontos positivos, que traz turismo para a cidade, que traz ganhos, mas nós gastamos muito dinheiro com essas coisas. É o que nós perguntamos é: essa é a prioridade da cidade? Será que não estamos gastando com coisas que às vezes não são prioridade, que poderiam ter um gasto reduzido, e gastar em outras áreas, que deveriam ser prioridade? Como essas que mencionamos: a população em situação de rua, a recuperação das pessoas com envolvimento em álcool e drogas, a questão da segurança pública, a questão da habitação. Então, resumindo esses três pontos, se vocês puderem falar um pouco mais. E, ainda, Daniele, você até comentou em uma das respostas, sobre a questão do superávit, depois, né? Esse é um tema que já discutimos em outros anos, que seria muito mais transparente por parte da Prefeitura se já estivesse no orçamento deste ano, e não ser colocado depois: "Ah, vamos colocar no superávit." Só que, daí isso não é transparente, para a população saber. Então, mais uma vez, eu insisto que alguns gastos importantes, essenciais, que são prioritários para a cidade, deveriam estar na LOA ainda deste ano. Obrigada. **O SR. PRESIDENTE:**- Temos ainda, nesse bloco, os Vereadores João da 5 Irmãos e Professora Josete, depois devolveremos a palavra à Sra. Daniele, para as respostas. Com a palavra o Vereador João da 5 Irmãos. **O Sr. João da 5 Irmãos:** - Obrigado, Presidente. Quero enaltecer o trabalho da Câmara em relação a ouvir a população, como foi falado na apresentação, é a única cidade com mais de um milhão de habitantes que tem ouvido a população. Eu acho que, quanto mais democratizar, fazer essa abertura para a população, mais resultados e mais eficiência vai ter o serviço público. Porque, quanto mais ouvir, mais vai qualificar essa informação. Também, quanto à explanação da Promotora Aline, é importante essa questão. Inclusive, tenho conversado com o Lupion sobre isso, é um desejo dessa gestão chegar a 1%, nós vemos, temos conversado sobre isso. Eu atuo muito em áreas, no Cajuru e no Uberaba, que têm essa demanda por habitação popular;

nós sabemos o dia a dia, estamos nos bairros, andando e percebendo isso. E eu acho que é possível, acredito que, com uma discussão mais ampla, de repente, poderemos chegar a aumentar em 50% esse valor, de cinquenta milhões para setenta e cinco milhões, ou 1%, que são os cem milhões. Eu acho que é necessário e importante. Então, acho que é o momento de debatermos. Está alocado o valor, nós sabemos, pode ser até que chegue a 1% no próximo ano. Temos a obra importante lá no sul da cidade, no Bairro Caximba, que veio de recursos oriundos de empréstimos, é uma revolução urbana, nós percebemos, vai ser referência no Brasil e no mundo essa obra. Mas eu acho que tem que haver uma política de continuidade também nessa questão. Então, eu acho que, se chegar a esse valor, podemos... Como a Vereadora Indiara Barbosa falou, às vezes, são coisas não tão importantes para a pessoa que está lá na ponta, mais precisando. De repente, como na nossa casa ou em uma empresa, você coloca, por exemplo, despesas de uma empresa e vê: "Isso aqui pode ser cortado, então vamos colocar numa coisa que dê mais produtividade." Na nossa casa é a mesma coisa, às vezes a sua receita está aquém da sua despesa, então você faz os cortes necessários para colocar o que é realmente importante. Então, eu acho que é uma coisa que começa desde... Não é tão simples assim, mas é uma coisa que pode ser analisada, pode ser feito esse exercício. Nós sabemos, a Prefeitura conta com técnicos na Secretaria de Finanças, pessoas capacitadas, que podem analisar e colocar. Eu acho que é importante, é política social, como foi visto ali, é uma das prioridades. Nós sabemos, infelizmente, que não só Curitiba, mas todas as grandes cidades do Brasil e do mundo estão com problemas, as pessoas, no pós-pandemia, com problemas de saúde mental, drogadição. Isso é claro. Então, a gestão pública tem que ver nesse sentido de ampliar recursos também, para trabalhar essa questão da pessoa. Eu acho que é esse o papel da gestão pública: cuidar das pessoas. Então, é mais um comentário para o pessoal da Secretaria, para a Adriane e para a Daniele, que estão aqui conosco, para que o Executivo, em conjunto com esse Legislativo, possa construir para atender as pessoas lá na ponta. Seria isso. Obrigado. *(Assume a presidência da audiência a Vereadora Indiara Barbosa)* **A SRA. PRESIDENTE:-** Obrigada, Vereador João da 5 Irmãos. Passo a palavra à Vereadora Professora Josete, que também faz parte da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, e que, por questões de saúde, está acompanhando a Sessão de forma *on-line*. **A Sra. Professora Josete:-** *(on-line)* Bom dia a todos. Agradeço à equipe da Secretaria Municipal de Finanças. Quero fazer um registro importante também: como a Dra. Aline colocou tão bem, um dos gargalos do nosso orçamento são os recursos dirigidos à habitação. Quero registrar a presença da Dona Junia, que é uma das líderes da ocupação Vila Joanita, em que há previsão de uma ação de macrodrenagem, a partir da retomada do PAC, e uma preocupação de realocação de várias famílias ali. Então, agradeço a presença da Dona Junia. E esse é o momento, né? O orçamento público é importante. Sem recursos, as ações do Poder Público não acontecem. Mas, indo agora a perguntas bem objetivas, nós observamos que houve queda de recursos em vários fundos: Fundo da Criança e do Adolescente, menos 31%; Fundo de Apoio ao Deficiente, 76% de queda; Fundo Municipal do Trabalho, menos 80%; Fundo Municipal de Defesa Civil, menos 37%; Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, menos 6%. E nós fazemos a observação de que são justamente fundos ligados à área de assistência, às questões sociais. Então, qual é a explicação para a queda desses recursos? Em contrapartida, quando analisamos o Fundo de Urbanização de Curitiba, ele terá um aumento de aproximadamente 58% de recursos. Então, a nossa pergunta é: haverá uma nova política em relação ao transporte coletivo? Qual a justificativa para esse aumento? E, também, há uma preocupação com a queda de recursos, apesar de que, em valores absolutos, nós observamos valores maiores, mas entendemos que há uma queda também na educação, na assistência social, no saneamento, comércio e serviços, e desporto e lazer. Então, também queríamos saber qual o motivo. E nós percebemos que, em relação aos orçamentos dirigidos à Cohab, há uma previsão orçamentária bem maior para 2024. Então, quais serão as ações da Cohab, e se haverá ações mais

efetivas em relação à habitação. Essa é uma pergunta também. Seria isso. Obrigada. *(Reassume a presidência da audiência o Vereador Serginho do Posto)* **O SR. PRESIDENTE:-** Passamos a palavra à Daniele, para as respostas. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** Respondendo à Vereadora Indiara, a questão da população de rua e os recursos que foram observados pela primeira vez no orçamento para as comunidades terapêuticas, foi uma política construída no decorrer desse exercício, e na hora da execução do orçamento, que foi por volta de junho, julho, nós não tínhamos uma definição de quantidades, de entidades, nem de valores. Então, nós abrimos o espaço para que seja feita a alocação dos recursos conforme for definida a quantidade de vagas e a quantidade de entidades que vão receber. Por isso que foi só alocado, realmente, o recurso que está lá; é só um recurso para que possamos abrir a ação orçamentária, facilitando a execução no próximo exercício. Por isso que nós não temos ainda um recurso significativo lá. O recurso, a essa altura, é mais complexo de fazermos essas alterações; no ano que vem, é uma questão simples de suplementação desse recurso, à medida que cheguem as demandas da Secretaria para isso. A Secretaria, parece-me que ainda está em contato com as entidades, para verificar disponibilidade, editais, todo esse processo legal que tem que ser feito. E, à medida que isso chegue, nós fazemos a suplementação dos recursos para a atividade. Não havia ainda uma definição, Vereadora. A questão da segurança pública, da manutenção dos parquinhos. Então, assim, é preciso sempre que nós entendamos que as demandas para o Município são enormes, e elas são diversas, e elas são crescentes sempre, e sempre assim serão. Há foco nas pessoas, há foco em atender as pessoas, e há foco em desenvolver a cidade, no sentido de que ela possa proporcionar o atendimento e o desenvolvimento das pessoas. Então, não dá para focar exclusivamente em políticas de pessoas, temos que focar também na política de desenvolvimento, de sustentação da cidade. A cidade tem que funcionar, a cidade não pode alagar, a cidade tem que ter ruas funcionando, semáforos funcionando, para que não vire um caos. Então, isso são atividades urbanísticas que uma cidade precisa e tem que ter. É obrigatoriamente nós precisamos fazer a manutenção; parar a manutenção da cidade, aí sim nos jogaria numa situação caótica. Fora isso, nós temos outras atividades que também temos que atender. Temos atividades de segurança, temos a questão de manutenção de parques e praças, e tudo isso é feito de forma relevante e com valores relevantes. Eventualmente, você tem um lugar ou outro que não se consegue fazer. Não significa que não está sendo atendido. Nós temos grandes parques sempre atendidos, sempre mantidos, sempre em ordem, já respondendo também à questão do Vereador João da 5 Irmãos, nós temos ações relevantes. A questão do Natal é uma questão procurada pelos comerciantes junto à Prefeitura, os comerciantes querem que a Prefeitura desenvolva a ação do Natal, que é feita, em sua maior parte, com parcerias. Os comerciantes, as empresas, as indústrias, fazem o patrocínio do Natal, em sua grande parte. Porque o Natal é relevante para o Município e tem atraído uma quantidade significativa de turistas, de comércio e de transações comerciais. Então, é importante que tenhamos esse olhar de que manter a cidade, desenvolver a cidade, também é atender as pessoas. É assim que geramos empregos. E nós sabemos que o emprego é a melhor das ações sociais que nós temos. Quer dizer, uma cidade que tenha condições de emprego. E hoje nós temos uma condição de emprego relevante na cidade. É importante. E, para isso, nós precisamos manter a condição da cidade, e precisamos de políticas que venham a desenvolver essas questões, sem deixar de prestar atenção em outras políticas, como segurança pública, que não é uma obrigação exclusiva do Município, que é primeiramente uma obrigação do Estado. O Município atua como parceiro, auxilia no desenvolvimento dessas políticas, mas a segurança pública é uma política que pertence ao Estado, que é remunerado para essa política. O Município atua junto, e nós temos uma Guarda atuante e constante nesse sentido, mas também temos a questão do Estado, **(J)** que precisa estar agindo dentro disso também. Então, é preciso... Todos esses aspectos são trazidos para dentro do orçamento, todas essas decisões caem dentro do orçamento e a divisão de um bolo único de recurso, que

normalmente é um recurso cada vez com um crescimento muito menor do que as demandas apresentam. Então, as demandas aí fora apresentam um crescimento muito maior, o custo da construção apresenta um crescimento muito maior, e nós precisamos adequar as demandas dentro do orçamento, com foco nas pessoas, com foco na manutenção da cidade e no desenvolvimento econômico e social da cidade, porque é isso que nos possibilita ser uma cidade cada vez mais pungente, com mais recursos para atender mais pessoas. Então, acho que fica essa... A questão do superávit. O superávit, por regra orçamentária, não pode fazer parte do orçamento. O orçamento designa as receitas que vamos arrecadar e as despesas que nós temos para o ano que vem. O superávit, que é aquilo que eventualmente sobra e que Curitiba tem, eventualmente, um significativo devido às ações que foram feitas, ainda temos porque estamos transcorrendo com uma série de obras que devem, num futuro próximo, estar finalizando. Então, o superávit adentra ao orçamento depois que nós fechamos o exercício deste ano e calculamos o superávit. Nós não temos como pôr na proposta um superávit que nem sabemos quanto vai ser. Eu só vou ter a ideia do superávit no mês de fevereiro do ano que vem, antes disso eu não tenho esse valor finalizado. Portanto, não tenho como, em junho, colocar na proposta orçamentária de 2024 um superávit que eu só vou calcular em fevereiro. Agora não deixa de ser público, não deixa de ser claro, porque todos os recursos que adentram ao orçamento, adentram via decreto e são publicados em Diário Oficial. Todo o superávit que entra no orçamento, entra via decreto e é publicado em Diário Oficial. Então ele é público e pode ser verificado a qualquer momento, tá Vereador. Professora Josete. Os fundos que nós temos de criança, trabalho, o próprio FAAC, dependem do fluxo de recursos que nós temos de doações, além dos recursos do Município. Então, no orçamento, já fazemos essas previsões, por isso, às vezes, eles podem ter flutuação em função das receitas que eles conseguem captar. O próprio FAAC depende também dos recursos provenientes das vendas dos Armazéns e, por vezes, também podem apresentar. Como o FAAC foi um recurso que não era orçamentário, era extraorçamentário, pode ter entrado num primeiro momento com recurso maior e agora está entrando mais dentro da realidade que o próprio FAAC apresenta. Os recursos da Cohab têm aumento, até porque nós temos algum aumento nas ações realmente da Cohab. Deixe-me ver o FUC. O FUC trata-se de um processo, até por força de medidas do próprio Ministério Público, e tudo, nós precisamos aumentar os recursos destinados à manutenção dos terminais, os reparos e as alterações que serão feitas nos terminais de acordo com as demandas que vemos recebendo do próprio Ministério Público, por isso que você tem aumento no FUC. Ok? *(Assume a presidência da audiência a Vereadora Indiará Barbosa)* **A SRA. PRESIDENTE:-** Ok. Passo, então, [a palavra] aos próximos Vereadores inscritos, são três Vereadores, o Vereador Rodrigo Reis, o Vereador Dalton Borba e a Vereadora Noemia Rocha. Então, primeiramente, passo [a palavra] ao Vereador Rodrigo Reis, por três minutos para a pergunta. **O Sr. Rodrigo Braga Reis:-** Bom, primeiro parabenizar a Daniele, o Mário, a Adriane, porque somos admiradores do trabalho de vocês e sabemos o trabalho técnico que a Prefeitura de Curitiba faz. Até para nós, que somos políticos, às vezes, nós precisamos de algumas coisas e, às vezes, não dá para serem resolvidas porque tecnicamente não pode, ou porque é ilegal, ou porque, enfim, tem uma série de restrições. Antes de começar a fazer a minha pergunta, eu queria fazer uma contestação em torno do que a Vereadora Indiará falou, porque nós estamos trabalhando intensamente para aumentar o Natal aqui na Cidade de Curitiba. O Natal já foi ótimo o ano passado, esse ano vai ampliar as atrações de Natal e temos que incentivar isso, porque isso traz turismo para a nossa cidade. Tem gente que não entende o que é o turismo. O turismo é receita, o turismo traz empregos para a nossa cidade, o turismo traz uma série de benefícios que atingem até os bairros mais pobres, porque a receita entrando na cidade isso acaba beneficiando toda a nossa Cidade de Curitiba. Mas tem gente que não entende isso. E eu tenho brigado para que o turismo invista cada vez mais. E, pelo contrário, nós temos é que pedir, esta Câmara Municipal tem que pedir um voto de pesar, eu não sei qual é o tipo de voto, ao Bradesco, porque, historicamente,

desde à época do Bamerindus, havia uma série de eventos ali na Boca Maldita, na frente da sede do antigo Bamerindus, e o Banco Bradesco reduziu o número de espetáculos, prejudicando toda a população de Curitiba, prejudicando toda a população da Região Metropolitana, que vinha assistir esses espetáculos. Então, o meu protesto aqui em relação ao Bradesco, ao desrespeito ao povo curitibano, ao desrespeito ao povo paranaense, esse banco que comprou o Banco Bamerindus e hoje realmente é uma tristeza para a nossa Cidade de Curitiba. Realmente muito ruim, eu deixo o meu voto de pesar ao Banco Bradesco aqui na Cidade de Curitiba. Esse era um dos pontos que eu tinha que falar. Outro ponto que eu queria falar, a Promotora já foi embora? *(Reassume a presidência da audiência o Vereador Serginho do Posto)* **O SR. PRESIDENTE:-** Já foi. **O Sr. Rodrigo Braga Reis:-** Que pena, porque eu tinha algumas coisas para falar para ela. Porque o Ministério Público também, o Ministério Público vive numa redoma, porque o Promotor de Justiça não vai lá para o bairro onde nós vamos, ele não entra lá na inundação da Caximba como nós vamos. Então, é fácil falar no mundo ideal, no mundo não sei o quê, porque nós estamos tendo um problema agora com o Ministério Público - até ia perguntar para a Promotora se ela conhece, é que estão perseguindo as casas de apoio. **O SR. PRESIDENTE:-** Para finalizar, Vereador, por gentileza. **O Sr. Rodrigo Braga Reis:-** Então, a minha pergunta é: o que o Município pode fazer para melhorar o que já está sendo bom para a nossa cidade? Nós temos orçamento para aumentar ainda mais? **O SR. PRESIDENTE:-** Agradeço a participação. Vereador Dalton Borba e, na sequência, Vereadora Noemia Rocha. Eu só peço aos colegas [para que sejam] sucintos, porque temos várias participações ainda. **O Sr. Rodrigo Braga Reis:-** Era só para a turma acordar, Sr. Presidente. **O SR. PRESIDENTE:-** Ok. Obrigado. Vereador Dalton Borba, com a palavra. **O Sr. Dalton Borba:-** Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a gentileza da equipe da Secretaria de Finanças em vir aqui para nos trazer essas explicações. Antes de fazer a minha pergunta, quero só fazer uma observação na fala do Vereador Rodrigo Reis, porque eu participo de muitas audiências, muitas!, em ocupações aqui em Curitiba, em todas elas eu vi a Promotora, a Dra. Aline, mas não vi o senhor, Vereador Rodrigo Reis. Então, o Ministério Público sai da redoma, sim, e participa, efetivamente, das questões sociais. *(O Vereador Rodrigo Reis faz intervenção fora do microfone)*. O senhor não está com a palavra agora, Vereador, eu estou falando. *(O Vereador Rodrigo Reis continua intervindo fora do microfone)*. Presidente, eu espero que a Mesa me devolva o tempo, porque o Vereador não aprendeu ainda o que é palavra. **O SR. PRESIDENTE:-** Eu peço a gentileza dos Vereadores, Vereador Rodrigo, eu só peço a gentileza... **O Sr. Dalton Borba:-** Mas o senhor se defende depois, Vereador. Eu só estou dizendo que nas várias audiências que eu fui eu encontrei o Ministério Público mas não encontrei o Vereador Rodrigo Reis. *(O Vereador Rodrigo Reis continua intervindo fora do microfone)*. **O SR. PRESIDENTE:-** Perfeito, pode dar continuidade. **O Sr. Dalton Borba:-** Nessas audiências que eu participei, eu estive lá com a Comissão do Tribunal de Justiça, que é capitaneada aqui pelo Desembargador Fernando Prazeres, o Ministério Público, aqui representado pela Dra. Aline, e vários órgãos que trabalham nessas questões da habitação. E o que eu percebo? Por exemplo, ali na comunidade da Tiradentes II e na própria Tiradentes, houve propostas por parte das empresas, que são titulares da matrícula daquela região, para fornecer, ou para doar o terreno, e aqui a Cohab se manteve omissa. Não houve nenhum tipo de acordo, e aquela questão ali da Tiradentes e da Tiradentes II ainda está sem solução. Eu conversei com o Vice-Prefeito Eduardo Pimentel, levei o Vice-Prefeito Eduardo Pimentel até o Tribunal de Justiça para conversarmos com o Desembargador Fernando Prazeres, houve um compromisso de solução disso em relação à participação da Cohab, e o assunto simplesmente foi engavetado. Aquele problema, já tem ordem de despejo ali, decretada por decisão do Tribunal de Justiça, e nós não temos solução. E aí eu quero aqui fazer uma observação em relação à fala da Promotora, Dra. Aline, que o grande problema de uma composição dessas áreas de ocupação é exatamente a falta de previsão orçamentária. Embora tenhamos as questões relativas à Caximba

alocadas em outra rubrica, mas me parece que a Cohab, que recentemente teve que pedir autorização nesta Câmara para pegar um milhão e meio para investir em software, quer dizer, se a Cohab não tem dinheiro para investir em software, o que mais que nós podemos esperar da Cohab? E o pedido que foi feito aqui foi de um milhão e meio. Um milhão e meio que, para uma empresa que trabalha... **O SR. PRESIDENTE:-** Vou estender mais o seu tempo, Vereador. Pode falar. **O Sr. Dalton Borba:-** Obrigado, Vereador Serginho. Essa questão é muito importante e não é uma crítica que eu estou fazendo, na verdade eu estou tentando tirar uma dúvida aqui, porque como é que nós podemos, Curitiba que é uma área que, segundo o próprio Município, tem, aproximadamente, oitenta mil famílias em áreas irregulares, oitenta mil famílias é um universo de trezentas e cinquenta mil pessoas, aproximadamente. Isso é quase 20% da população de Curitiba, nós temos em área irregulares. Será que essa rubrica é tão insignificante a ponto de merecer 0,44% do orçamento, menos do que nós estamos destinando aos esportes? Essa é a minha dúvida. Muito obrigado. **O SR. PRESIDENTE:-** Ok., Vereador. Próxima inscrita, Vereadora Noemia Rocha, com a palavra. **A Sra. Noemia Rocha:-** Muito obrigada. Obrigada a toda a equipe que está aqui, pela explanação, Dani. Vou citar a minha área e a importância do que já foi debatido aqui, os últimos acabam, às vezes, repetindo. Mas eu percebi que houve uma intenção, até eu estava aqui quando o Secretário estava e falamos sobre a importância de investimento, a importância de colocar na lei orçamentária, porque Curitiba hoje não tem uma vaga, uma vaga para recuperação de dependência química. Então, a pergunta é: houve a intenção de fazer no orçamento? Eu queria saber se tem essa estimativa desse orçamento, tem uma questão que é importante, que eu acredito que vocês saibam, tem um vácuo entre as casas terapêuticas de recuperação de dependência química, porque, às vezes, o orçamento é na saúde, depois na ação social, de trabalhar essa questão para que realmente chegue até eles nessa recuperação. E eu acredito até pela demanda que existe e a proposta que nós fizemos da casa de recuperação para gestantes, usuárias de drogas, que estamos trabalhando para isso. Essa é uma questão para saber como é que está sendo destinada. Teve uma pergunta também, um questionamento, no próprio orçamento, no orçamento da criança e do adolescente, eu observei, nós observamos que desde 2013, quando tínhamos no orçamento do Município de cinco bilhões, nós tínhamos um repasse de dois e setecentos. Hoje nós temos o orçamento de quase doze bilhões e mantém o repasse de dois e setecentos, considerando que a ação social direcionada desse orçamento é de duzentos e poucos milhões. Está trabalhando para aumentar esse orçamento? Porque nós temos muita criança em vulnerabilidade. Essa é uma outra pergunta. A outra questão também em relação à moradia social, que me interessa também. Curitiba não tem um programa de construção de casa social, isso é muito sério. Nós temos lutado para que isso aconteça. Houve um fundo em relação ao potencial construtivo, está se pensando ou tem um investimento dentro dessa lei orçamentária para aumentar esse fundo? Porque, pelo o que eu entendi, não existia nada, hoje está crescendo e está melhorando. E em relação à Defesa Social também, como está o orçamento da Defesa Social, espera-se aumentar? Considerando que nós estamos com muitas enchentes, considerando que nós estamos com muitas chuvas e que é urgente a questão de atendimento, não só para as casas de periferia como para os nossos parques também. Então, como está a questão do Fundo da Defesa Social. Muito obrigada. Essas são minhas perguntas. **O SR. PRESIDENTE:-** Ok. Para devolutiva então [devolvo] a palavra. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** Ok. O Vereador Rodrigo que tinha colocado, o que podemos, o que estamos trabalhando para melhorar. Ampliar o desenvolvimento da cidade é o que nos faz ter a possibilidade de ampliar os recursos orçamentários e, conseqüentemente, as ações orçamentárias que nós possamos decidir. Então, cada vez mais o desenvolvimento da cidade trabalha nesse sentido. A cidade tem feito a sua parte, tem trabalhado, tanto que demonstra isso no crescimento da sua arrecadação, no crescimento da participação da arrecadação do Município dentro dos recursos que o Município possui. E hoje apenas temos a questão da reforma

tributária que pode trazer algumas dificuldades no sentido de ampliarmos (K) ou até de mantermos as políticas públicas que hoje nós oferecemos ao Município, em função das alterações que a Lei da Reforma Tributária pode trazer para os impostos municipais. Mas assim, uma ação no sentido de que possamos sim ampliar sempre os recursos. O trabalho de busca da área tributária do Município é justamente no enfoque de que consigamos isso. Vereador Dalton, eu não tenho as especificidades da Cohab, realmente não sei qual é o trânsito e as definições que a Cohab tem tido. O que dizemos, e aí já respondemos também para a Vereadora Noemia. A questão é que o fundo está ampliando os recursos que a Cohab tem disponível e tem buscado sim ampliar esse recurso. A tendência é que esse recurso fique cada vez maior dentro do fundo da habitação, o que possibilita a melhora das políticas, principalmente ali da habitação. O fundo é um coletivo, no seu conselho que faz a administração, que toma as decisões. Esse coletivo possui pessoas de diversas áreas, não é uma exclusividade do Município, e eles fazem as votações e determinam as prioridades a serem atendidas dentro dos recursos que o fundo possui. Hoje nós temos um superávit no fundo significativo, que aconteceu no final do exercício de 2022, e o conselho ainda estava se posicionando. Foram feitos os projetos pela Cohab, encaminhados os projetos para esse exercício. Esse exercício, o fundo já deliberou sobre uma série de recursos que devem acontecer, alguma coisa começando ainda esse ano, boa parte no ano que vem. E para o ano que vem nós temos uma previsão de mais vinte e dois milhões de entrada de recursos no fundo. Então, passamos a ter um movimento um pouco maior e diferente dentro dos recursos do fundo. Passamos a ter um movimento da política pública nacional para a área de habitação, que está se firmando e que começam a aparecer as propostas que estão sendo entregues dentro da Cohab. Então hoje, diferente do papel que nós tínhamos na Cohab antigamente, que os recursos públicos federais eram enviados às Cohab's, para que as Cohab's fizessem o processo, agora é uma dinâmica um pouco distinta, por isso que você não vê tanto recurso alocado dentro da Cohab. Mas as ações da Cohab estão sendo feitas dentro do mesmo propósito que nós tínhamos no processo anterior, agora de uma forma diferente, dentro do Minha Casa Minha Vida. O Município às vezes trabalha com terrenos, trabalha com isenções, traz as empresas para que sejam oferecidas à fila da Cohab. É uma dinâmica um pouco diferente, por isso o volume de recurso não é o mesmo que se tinha, mas também temos algumas retomadas através do Fundo e algumas ações novas que estamos prevendo para dentro da Cohab neste quesito, a questão da habitação. Mas temos que lembrar que nós temos a Caximba, que é um grande investimento, na ordem de quase um bilhão de reais e que está sendo voltado para a questão da habitação. Certo? Vereadora Noemia Rocha, a questão das comunidades terapêuticas, como já dissemos, quando projetamos o orçamento, por volta de junho e julho deste ano, nós estávamos ainda instituindo essa questão, trabalhando a questão dessa política. É mais do que simplesmente ter dinheiro, Vereadora, nós precisamos ter o processo licitatório, os processos legais, nós precisamos ter comunidades em condição de contratar com o Poder Público e aí sim, estipular uma constituição de vagas, a necessidade de vagas. Está sendo feito esse processo. Esse procedimento está sendo feito, e assim que tivermos a noção de qual é essa demanda e qual é a quantidade que poderá ser ofertada, de acordo com os parceiros que conseguirmos, que possam contratar com o serviço público, aí sim nós teremos uma quantidade e por fim um recurso que vai ser colocado no orçamento para essa finalidade. Como nós ainda não tínhamos essas informações na hora de projetar o orçamento, nós colocamos um valor simbólico para a entrada, mas temos recurso de reserva que podemos trabalhar com essa questão na sequência. Os fundos também dependem muitas vezes de recursos que são direcionados aos fundos. Nós temos uma série de ações que são desenvolvidas pelas secretarias, que não estão diretamente aportadas nos fundos. Quer dizer, o Fundo da Defesa, nós temos normalmente o processo de compra de lonas, barcos, esse tipo de coisas, mas tem uma série de ações, principalmente de dragagem, de drenagem, que não são colocadas dentro do fundo. Então, às vezes o recurso que possa parecer no fundo, o

fundo normalmente é montado por pedidos dos outros entes, para que você possa fazer o processo de repasse fundo a fundo. Inclusive, nós temos limitações agora para a abertura desses fundos. Esse repasse fundo a fundo depende do recurso que os entes vão encaminhar, dos convênios que nós tenhamos assinado já na época que vamos gerar o orçamento. Então, se isso realmente ainda não está pronto ou se esse repasse por algum motivo parou, nós não temos esses recursos aportados e os valores são menores. A ação continua a mesma, porque normalmente os recursos das ações estão voltadas às secretarias. O fundo é aberto justamente para que tenhamos essa dinâmica com os demais entes, e por solicitação desses demais entes, não raro. Certo? A questão do orçamento da Criança e do Adolescente da mesma forma, nos utilizamos muito dos recursos que estão dispostos no orçamento no Fundo da Criança e do Adolescente, que recebe recursos para fazer as ações. Por isso que às vezes está parado no orçamento da FAS, mas o fundo tem o encaminhamento desse recurso, mas depende do repasse que é encaminhado pela União, no caso.

A Sra. Indiara Barbosa:- Presidente, eu gostaria de pedir prorrogação da Sessão por mais dez minutos para concluir as últimas perguntas.

O SR. PRESIDENTE:- Perfeito. Eu coloco ao colegiado a possibilidade de mais dez minutos.

O Sr. Angelo Vanhoni:- Sr. Presidente, eu não sou contrário, só gostaria de fazer uma sugestão, aumentar mais três minutos. E antes de encerrar, se possível, nós temos duas entidades da sociedade, que é o IDP, que é um instituto que luta, enfim, que conversa sobre as questões populares, se eles poderiam fazer o uso da palavra rapidamente.

O SR. PRESIDENTE:- Abrimos uma exceção, Vereador.

A Sra. Indiara Barbosa:- Presidente, então solicito a prorrogação de vinte minutos da Sessão.

O SR. PRESIDENTE:- Ok, peço a compreensão, os Vereadores deliberaram, então continuamos a nossa Sessão. Vamos fazer o seguinte então, Vereador, bem breve, que esses dois convidados, a Sra. Valéria, do IDP e a Sra. Junia.

A Sra. Noemia Rocha:- Presidente, tem mais uma comunidade do Cajuru, Encontro com Deus, que gostaria também de ter a palavra.

O SR. PRESIDENTE:- Vamos abrir exceção para dois minutos. Por gentileza, de forma sucinta, para a Sra. Valéria. Pode se apresentar e dizer qual a entidade que representa, por gentileza.

A SRA. VALÉRIA FIORI DA SILVA:- Bom dia a todos e todas. Meu nome é Valéria, sou advogada do Instituto Democracia Popular. Recentemente estivemos aqui na Câmara para receber nossa declaração de Utilidade Pública. Esse assunto do orçamento é muito caro para nós. Em 2022 fizemos uma campanha que se chamou "É Urgente um Orçamento para a Habitação", e nela tivemos diversos técnicos, arquitetos, advogados, economistas estudando o orçamento de Curitiba nesse âmbito da habitação e a conclusão a que chegamos foi de que entre 2013 e 2020 a média de investimento na habitação foi de apenas 0,25%. E o mais preocupante ainda desse número é que esse 0,25% não representa ações de regularização fundiária ou produção habitacional. Esse orçamento da habitação também serve para contratação de pessoal da Cohab, para o próprio cafezinho que os trabalhadores tomam entra na cota de habitação, ações como desassoreamento de rios, enfim, diversas ações que permeiam e que não refletem na verdade a ação direta de produção habitacional ou mesmo regularização fundiária. Então a nossa pauta que é 1% para habitação, na verdade deveria ser 1% para produção habitacional e regularização fundiária das comunidades, porque não podemos aceitar que apesar de uma rubrica que parece aumentar um pouco em relação ao ano passado, essa rubrica não reflete as comunidades e as ocupações urbanas que defendemos e também não vai chegar até essas pessoas. E por fim, eu queria também aproveitar esse momento para fazer uma fala em defesa da promotora Aline, que fez uma fala muito boa, muito importante para nós que estamos na defesa das comunidades. Ela participa das audiências e das visitas que realizamos em conjunto com a Comissão de Conflitos Fundiários. E deixo aqui aberto para todos os Vereadores presentes para irem até as comunidades, para conhecerem a realidade e entenderem o papel e a importância do Ministério Público e dessas autoridades que apoiam a nossa luta por moradia. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE:- Obrigada, Doutora. Convido a próxima representante para vir até a tribuna, se

apresente e diga qual a entidade que está representando, por gentileza. Bom dia. **A SRA. JUNIA CÉLIA DA COSTA SILVA:-** Bom dia. Eu represento a comunidade Vila Joanita, moro ali próximo ao Detran. E a minha pergunta é: se vai existir essa lei orçamentária para as regularizações fundiárias, se a Prefeitura tem algum programa da Reurbs para flexibilizar a regularização fundiária dos nossos terrenos, onde estão as moradias. Principalmente, eu moro na Joanita, ali representando quatrocentas famílias e ainda não chegamos a um denominador comum de proposta, nem da Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Curitiba e nem da própria Cohab, porque todas as vezes que a gente consegue algum diálogo de mobilização com moradia é tudo muito vago, não tem resposta. Eu mesma já estive lá esse ano por três vezes, nenhuma resposta foi me dada, concreta, conclusiva para que as comunidades saiam da opressão do despejo. Então eu acho que chegou um momento em que falar no Caximba é muito importante, mas também existem essas outras moradias. Vejam bem, eu moro numa área em que com as chuvas intensas que nós estamos no Estado do Paraná, não é só Curitiba, é Paraná, não há um alagamento na minha rua, de forma nenhuma. Não há uma casa com área de inundação. E o papel que a Secretaria do Meio Ambiente me deu, do PAC, que é de cem metros, é que eu moro numa área de alagamento. E eu tenho como provar que eu não moro numa área de alagamento! Simplesmente tem que olhar com carinho. Vamos ver aquele terreno, cinquenta anos, a lei diz que eu tenho o direito de morar. A Lei da Regularização Fundiária é longa, eu sei, mas tem a Reurbs. O Município de Curitiba, da Prefeitura, em 2014 essa lei já foi lá sancionada, mas a nossa Prefeitura, alguma secretaria faz vista grossa sim, não quer trabalhar com a comunidade. Ela não tem resposta para dizer que a Reurbs está funcionando em Curitiba, porque não está. Eu fui na Cohab, eles falaram que tinha uma comissão pronta para me atender, para falar da Reurbs, que flexibiliza a regularização das áreas. Ninguém tinha resposta para me dar. Nenhuma! Então assim, não estão querendo resolver o nosso problema, não querem resolver. Eu gostaria muito que essa Casa de Vereadores, que o povo vota, o povo das ocupações vota em vocês, gente! Por favor montem uma secretaria, montem um planejamento para que a regularização ande, que ela não fique embargada, parada. A gente está falando de gente, a nossa casa, o nosso endereço é o principal da nossa vida. Alguém aqui consegue viver sem casa? Alguém consegue viver sem um endereço? Não, gente. Então, por favor, olha pra gente. Está vindo a eleição de vocês aí, está vindo aí a eleição, gente. As ocupações votam sim em vocês! Não adianta vocês falarem que não ganham voto, porque vocês ganham voto do povo! É do povo, gente! É de uma criança, é de um adolescente, é do idoso, todo mundo acredita em vocês. Então, olhem com carinho, principalmente as regularizações das áreas irregulares do Município de Curitiba, por favor. Muito obrigada. **O SR. PRESIDENTE:-** Por favor, qual o seu nome completo, para ficar o registro aqui. **A SRA. JUNIA CÉLIA DA COSTA SILVA:-** Meu nome completo é Junia Célia da Costa Silva, sou a Dona Junia da Vila Joanita. Obrigada, gente. **O SR. PRESIDENTE:-** (V) Obrigado pela participação. Vereadora Noemia, quem é a pessoa? **A Sra. Noemia Rocha:-** Charles, do projeto Encontro com Deus. **O SR. PRESIDENTE:-** Então, por gentileza, só pedimos para que seja sucinto devido à participação dos demais. **O SR. CHARLES MATHIAS RENNERT:-** Obrigado, bom dia a todos. Charles, da Associação Beneficente Encontro com Deus. Atuamos na área da infância, também somos conselheiros lá no Comtiba. A minha pergunta vai muito no sentido do que a Vereadora Noemia já citou, em relação ao OCA, porque percebemos que em 2013 o orçamento total de Curitiba era de 5,6 bilhões, e o repasse foi aproximadamente 2,7 milhões. E passaram-se dez anos e percebemos que é o mesmo valor ainda repassado, só que com um dobro de orçamento municipal. Então, queríamos entender, porque na prática houve uma redução do repasse para a criança e para o adolescente, e além dessa redução, quando vamos fazer uma avaliação daquilo que foi orçado, daquilo que foi executado, historicamente há uma média de apenas 80% de execução daquilo que foi orçado. Isso nos preocupa bastante, sem contar que quando fazemos um recorte da

assistência social, o repasse para aquelas crianças que mais precisam é de duzentos milhões. Então, ficamos muito preocupados, porque parece que aqueles que mais precisam e aqueles que, às vezes, nem têm voz de virem aqui e falar algo, e não votam, o que é pior, são aqueles que menos estão recebendo. Vimos na apresentação aqui que na assistência social, se não me engano, o percentual é de 2,7% de todo o orçamento que vai ser destinado em 2024. Então, isso também nos preocupa, porque essa realidade não está sendo alterada. Gostaríamos de ver, assim como aqui foi dito da votação que esta Casa fez, que a assistência social apareceu em terceiro lugar, mas se não me engano ela está bem lá no final da fila quando percebemos o orçamento. Então, também queríamos ver a possibilidade de ter um aumento ou porque está tendo essa redução para o orçamento da criança e do adolescente, em especial àqueles que mais precisam e que fazem aquele recorte da assistência social. **O SR. PRESIDENTE:-** Ok. Charles Mathias Renner, representante da Sociedade Beneficente Encontro com Deus, lá do Cajuru. Obrigado pela participação. Então, continuamos aqui. Vamos fechar este bloco, Daniele, devido ao nosso tempo, você faz a devolutiva em conjunto. Temos os Vereadores Mauro Bobato, Tico Kuzma e Marcos Vieira, para finalizarmos as participações. Vereador Mauro, com a palavra. **O Sr. Mauro Bobato:-** Abro mão, Sr. Presidente Serginho. **O SR. PRESIDENTE:-** Vereador Tico Kuzma. **O Sr. Tico Kuzma:-** Obrigado, Presidente Serginho. Cumprimento V.Exa. e demais membros da Comissão por organizarem todo esse processo da nossa Lei Orçamentária, Dani e os demais servidores da Prefeitura também, sempre à disposição da Câmara Municipal, numa audiência que é da Câmara Municipal, mas estão aqui prestando essa informação também não só aos Vereadores, mas a todos aqueles que acompanham esta audiência. Importante esses esclarecimentos, o orçamento é uma peça complexa, todas as áreas são prioridades, mas temos que trabalhar com aquilo que conseguimos. Fico feliz aqui de ver Vereadores que vão apresentar emendas para essas áreas como a área da habitação, para a área da questão é das comunidades terapêuticas. Então, vamos acompanhar também para que esses Vereadores destinem emendas a essas áreas que foram colocadas aqui. E, no mais, parabéns Presidente Serginho e servidores da Prefeitura, também servidores da Câmara Municipal, que fazem esse trabalho, que divulgam a participação da sociedade na audiência pública, sejam os servidores das comissões, sejam os servidores também da Comunicação, da imprensa da Câmara. Então, obrigado e parabéns pela audiência. **O SR. PRESIDENTE:-** Obrigado, Vereador. Próximo inscrito, Vereador Marcos Vieira, com a palavra. **O Sr. Marcos Vieira:-** Obrigado, Presidente. Cumprimento V.Exa. e toda a Comissão. Parabenizo pela organização da audiência, de trabalharem essa questão tão complexa que é a Lei Orçamentária. Dani, parabenizo você, toda a sua equipe. Sabemos que as demandas são muito além das receitas, embora as receitas tenham aumentado, mas as demandas também crescem muito. Imagino que é uma secretaria que tem aí, é muito complexo o trabalho de vocês. Então, parabenizo pela explanação. E dizer que nós aqui, enquanto Vereadores, até o Ministério Público esteve aqui, toda a função, todo o nosso trabalho é trabalhar para que possamos representar as pessoas e contribuir para que realmente a cidade seja para todas as pessoas. Já fui contemplado em vários que me antecederam, mas queria só fazer um registro, que é uma preocupação que tenho relacionada à questão social. Percebemos que tem um aumento muito grande, e é claro que temos aí a população em situação de rua, a questão das casas terapêuticas, que estão fazendo esse acolhimento e trabalhando na recuperação dos dependentes químicos, e isso tem aumentado. Talvez os Vereadores possam concordar comigo, estamos agora no momento que vamos fazer a destinação das emendas orçamentárias que cabem aos Vereadores. Este ano não vi, em todo esse período que estou aqui, a quantidade de instituições que têm nos procurado aqui na Câmara buscando emendas. Sabemos que todos estão trabalhando, Vereador Serginho, com diversas situações dentro da cidade, e em muitas tive oportunidade de visitar, e vejo o quanto elas fazem esse trabalho. Preocupa-me se essas instituições fecharem as portas, o que seria da nossa cidade?

Provavelmente teríamos aí uma calamidade, porque são muitos trabalhos feitos. E hoje elas pedem por socorro. Então, essa é uma das preocupações que tenho. Também me preocupo muito com a questão da habitação. Mas esse registro da questão preocupação social tem me preocupado muito. E queria fazer, talvez, se você puder responder a essa pergunta, quero fazer também aqui, junto com a Vereadora Amália, estivemos visitando uma entidade na semana passada e nos trouxeram uma situação relacionada às emendas parlamentares do ano passado que não foram executadas ainda. E eles estão com muitas dificuldades, inclusive até na questão da alimentação dessa instituição, que eles contam com esse recurso que não foi repassado. Como é que a secretaria trabalha essa questão desses repasse? É uma vez na gestão, no mês de novembro? Ainda não foi repassado esse valor. Então, seria essa a minha pergunta. Também queria, não fazendo uma defesa aqui do Ministério Público, mas queria também fazer uma resposta ao Vereador Rodrigo Reis. Tanto a Dra. Aline quanto o Dr. Regis, já estive junto com eles caminhando sim, na periferia da cidade, eles vão até lá porque eles também ouvem a população. Então, não é que eles não saiam não, eles não vivem em uma redoma, eles caminham juntos porque eles querem também uma cidade melhor e querem contribuir. Então, seria isso. Obrigado pela oportunidade. **O SR. PRESIDENTE:-** Perfeito. Então passo a palavra à Daniele para que faça suas devolutivas. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** Acho que iniciando, então, pelo Vereador Marcos Vieira. Posso dizer, Vereador, que participei das primeiras audiências públicas feitas pelo Município há mais de vinte anos. As primeiras audiências públicas pouco tínhamos gente para falar, para ensinar o processo orçamentário, para ensinar. O participar é um aprender. Então, hoje temos uma multidão de pessoas que participam dos nossos processos de audiência, dos nossos processos de escuta e vimos desenvolvendo, através do Fala Curitiba, mecanismos e ações para que possamos tornar isso cada vez maior, e que escutemos mais pessoas para que consigamos abranger mais áreas. Mas é um aprender, é um aprender que nós, como cidade democrática, temos que estar e trabalhando o tempo todo. Então, por certo, quando as entidades começam a procurar a Câmara, elas já estão aprendendo que o procedimento de orçamento passa pela Câmara, e que a Câmara tem como instrumento, como função, fazer as alterações que julgar que devam ser feitas dentro do processo orçamentário, também de forma democrática, o colocar suas opiniões e o apresentar as suas emendas. Esse é o processo. Então, o Executivo traz um projeto de lei para ser votado e, se entendido, alterado pelos Srs. Vereadores. Então, certamente as entidades já, cada vez mais, entendem esse processo, e por isso vêm em busca desse contato com a Câmara, até para conseguirem tratar as suas necessidades. E as necessidades, Vereador, pode ter certeza, são enormes, são crescentes, e não temos como abranger todos dentro do orçamento que dispomos. Quanto às emendas que o senhor citou, que não foram executadas, as emendas estão disponíveis para a execução a partir do mês de março. Temos a grande arrecadação do Município por volta de fevereiro. Este ano tivemos um pouquinho mais tarde, que é a questão da entrada do IPTU, que é pago à vista, é um valor significativo. E a partir desse momento, o recurso está liberado para execução das emendas. Mas, mais uma vez repito, não é só uma questão de recurso, é preciso ter uma entidade regularizada, é preciso ter uma entidade com estatuto, com todo o procedimento para poder realizar os convênios com o Município. O Município não pode simplesmente passar recurso para qualquer entidade, para qualquer um que seja, sem ter os documentos e a regularização dos convênios. E para fazer o convênio há necessidade de uma série de apresentações de documentos, de projetos, para que seja feito. Por isso temos algumas dificuldades com algumas entidades. Algumas não conseguimos nem fazer o repasse. Quanto antes identifiquemos isso dentro dessas entidades, antes é comunicado aos Vereadores para tentarem fazer o aproveitamento e a alteração dessas emendas. E posso lhe dizer que tivemos uma quantidade enorme de emendas sendo alteradas neste exercício, várias emendas foram alteradas, porque foram apresentadas emendas sem condições de execução. E quando isso é alertado aos Vereadores, possibilitamos aos Vereadores que façam a

alteração de suas emendas para que elas possam ser executadas. Então, desta forma, provavelmente, se tem uma emenda que não foi executada ainda, a dificuldade seja realmente no processo de execução. De nenhuma ordem a dificuldade é financeira, porque essas emendas são suplementadas no orçamento das secretarias e disponibilizadas para elas a partir do mês de março. O Vereador Tico Kuzma nos colocou sobre quanto tem sido trabalhada essa questão orçamentária e do quanto temos procurado atender às demandas. O Vereador é parceiro e sabe das dificuldades que temos de atender tudo, mas sabe também que estamos lá, dispostos sempre a fazermos os ajustes necessários, dentro das regras legais, para atender às demandas. E agradecemos muito a parceria do Vereador, que também nos auxilia lá. A questão da criança e do adolescente, Charles. Então assim, você viu lá que o recurso municipal tem ampliado, o recurso municipal que está lá na questão da criança do adolescente é um recurso proporcional ao orçamento, portanto ele tem amarras legais. Então, temos valores determinados a serem colocados, e eles são plenamente executados. Por força de lei, a parte do Município é plenamente executável. Mas temos transferências que vêm de outros entes que têm valores variáveis, de acordo com as políticas que se apresentam, e que não raro temos tido decréscimo nesses valores, e esses valores, por vezes, não conseguimos executar totalmente. Há uma dificuldade de repasses da União, a União só repassa mediante ao zeramento de conta. Muitas vezes, para zerar a conta, precisamos fazer um pagamento, não chegou a nota fiscal, então existe um tempo nesse trânsito de recursos, que às vezes impossibilita a execução total. Agora, a questão de quanto é isso, depende da política que está sendo encaminhada pelos recursos da União. *(Manifestação fora do microfone)*. Não, normalmente não. São valores de repasse, que daí só se ele já entrou para nós, se esse recurso ficou para nós, daí ele passa como superávit. Ele não entrou, não é repassado, não tem como superávit. A questão da habitação. Acho que já falamos por diversas vezes, não entendemos especificamente os quadros. A Secretaria de Finanças não participa diretamente desse processo. Acho que falamos e repetimos que esses recursos também dependem de recursos que vêm da União. Os procedimentos são abertos, orçamentariamente estão sendo alocados recursos e poderão receber as emendas, assim como foram colocadas pelos Srs. Vereadores. Agora, aprofundar a questão da habitação teria que ser realmente quem daí trabalha com a questão da habitação, está bem? **O SR. PRESIDENTE:-** Só quero fazer uma observação em relação à forma com que vem, a cada ano, se aprimorando a apresentação da LOA para o ano seguinte. **(I)** Quero destacar e parabenizar a Adriane, e em seu nome transmita ao Alexandre Matschinske, que é o Presidente do IMAP, pela forma como vocês estão aplicando, desenvolvendo o programa Fala Curitiba, eu acredito que a cada ano ele está sendo aprimorado e vem atingindo os objetivos. A participação vem crescendo, esse é o sentimento que nós observamos até mesmo aqui na Câmara, como o Vereador Marcos Vieira citou a procura pelas instituições, terceiro setor, que tem vindo até à Câmara buscando informações, e de que forma eles podem participar e também ter acesso ao orçamento. Quero parabenizar a Daniele Regina dos Santos, a superintendente executiva da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, e o Sr. Mário Nakatani Júnior, superintendente fiscal, que está sempre presente conosco, e também sempre participativo o Departamento de Orçamento, na figura do Sr. Carlos Eduardo Kukulj. Cumprimento o Secretário Cristiano Hotz e toda a sua equipe que sempre vem a esta Câmara trazer esclarecimentos. E o que eu gostaria de observar, Daniele, é que no orçamento estão sendo destacadas aquelas ações que estão sendo colocadas pelo Fala Curitiba em cada secretaria. Isso é importante, porque a população tem clareza de que quando eles vão reivindicar junto às regiões, naquelas reuniões, naquelas audiências, o resultado aparece e fica bem evidente dentro desse quadro de cada secretaria e quais os investimentos que foram aprovados e que possibilitarão a implantação desses investimentos. Então, fica aqui as nossas observações. Eu quero agradecer a cada membro da nossa Comissão, na figura da Vice-Presidente Indiara Barbosa, Vereadoras Professora Josete, Giorgia Prates, Vereadores João da 5 Irmãos, Osias Moraes, Jornalista

Márcio Barros, Bruno Pessuti, e este Vereador. Também agradecer a Comissão de Economia, na figura da Jussana Marques, diretora da Diretoria de Apoio às Comissões, à Cristina Fonseca, Roberjan Prestes, Ederson Costa, Marilete Bernardi, Valdemir Pontes, e também a equipe de áudio e vídeo que possibilitaram a realização dessa audiência. Informamos que as sugestões dos participantes feitas via consulta pública poderão ser, após análise técnica, objeto de emendas ao Projeto de Lei da Lei Orçamentária Anual para 2024, apresentadas pelos Vereadores, membros deste Legislativo, de forma coletiva ou individual. Não havendo mais perguntas, e ninguém mais desejando fazer uso da palavra, damos por encerrada esta audiência pública, agradecendo a participação de todos os Vereadores, demais autoridades que acompanharam presencialmente, os cidadãos presentes, e também os que acompanharam pelas redes sociais. Fica aqui o nosso agradecimento em nome da Câmara Municipal de Curitiba e em nome do Presidente, Vereador Marcelo Fachinello. Está encerrada esta audiência pública da Lei Orçamentária Anual para 2024. Boa tarde a todos. Obrigado." Do que para constar, eu, Roberjan Prestes Filho, lavrei a presente Ata de Comissão, conforme as notas taquigráficas de Patricia de Andrade, Redatora. A ata será disponibilizada aos vereadores da comissão e, se não houver impugnação no prazo de três dias úteis, será considerada aprovada.

Sergio R. B. Balaguer (Serginho do
Posto)
Presidente

Indiara Barbosa
Vice-presidente

Bruno Pessuti
Membro

Hernani
Membro

Jornalista Márcio Barros
Membro

João da 5 Irmãos
Membro

Osias Moraes
Membro

Professora Josete
Membro